

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA LITORAL NORTE - OSÓRIO
PEDAGOGIA LICENCIATURA**

LUANA DE SOUZA CORREA

EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO: Práticas Corporais na Perspectiva da
Educação Inclusiva, em uma escola do município de Osório nos anos iniciais do ensino
fundamental

OSÓRIO

2024

LUANA DE SOUZA CORREA

**EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO: Práticas Corporais na Perspectiva da
Educação Inclusiva, em uma escola do município de Osório nos anos iniciais do ensino
fundamental**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de licenciada em Pedagogia
da Universidade Estadual do Rio Grande do
Sul.

Orientador: Prof^o. Dr. Leandro Forell.

OSÓRIO

2024

LUANA DE SOUZA CORREA

EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO: Práticas Corporais na Perspectiva da Educação Inclusiva, em uma escola do município de Osório nos anos iniciais do ensino fundamental

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de licenciada em Pedagogia da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof^o. Dr. Leandro Forell.

Aprovada em: 26/07/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr. Leandro Forell (UERGS) – Orientador

Prof^o. Me. Eduardo Rangel Ingrassia (Doutorando UERGS)

Prof^a Esp. Ligia Roldão Neto Verissimo da Silva (Mestranda UERGS)

Catálogo de Publicação na Fonte

| | |
|-------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| C824e | <p>Correa, Luana de Souza. Educação física e inclusão: práticas corporais na perspectiva da educação inclusiva, em uma escola do município de Osório nos anos iniciais do ensino fundamental / Luana de Souza Correa. – Osório, 2024. 52 f.</p> <p>Orientador: Prof. Leandro Forell.</p> <p>Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Curso de Pedagogia – Licenciatura, unidade em Alegrete, 2024.</p> <p>1.Educação física. 2.Educação inclusiva. 3. Ensino Fundamental. 4. Inclusão. 5. Práticas corporais. I. Forell, Leandro. II. Título.</p> |
|-------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Ficha catalográfica elaborada por Laís Nunes da Silva CRB10/2176.

Dedico este trabalho a Deus, por apesar das dificuldades ter me mantido resiliente e forte ao longo desta trajetória.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha sincera gratidão a todos que contribuíram para a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Primeiramente, agradeço a Deus, por ser tão bondoso comigo e ter me proporcionado concluir esta etapa da vida na faculdade, por me conceder força, saúde, sabedoria e resiliência ao longo desta jornada acadêmica.

Agradeço à minha mãe, Hosana de Souza, pelo apoio incondicional, amor e incentivo contínuo durante todos esses anos de estudo. Agradeço pelo esforço e oportunidades que ela me proporcionou ao longo dessa caminhada. Sem ela, nada disso seria possível.

Ao meu parceiro e companheiro Bruno de Souza Chaves, pelo amor e paciência, que durante esses quatro anos e seis meses de graduação, esteve ao meu lado, dando todo o suporte necessário que eu precisei. Não foi uma trajetória fácil, mas saiba que seu apoio foi fundamental para hoje eu esteja concluindo esta etapa.

Sou grata aos meus amigos e colegas de curso, pela parceria, compreensão, troca de conhecimentos e por estarem sempre ao meu lado nos momentos de dificuldades e de alegrias. Vocês tornaram essa caminhada muito mais leve.

Aos meus professores, agradeço pelas trocas e experiências que tivemos durante o curso. Especialmente ao meu orientador Leandro Forell, agradeço por ter me acolhido desde o início, pela paciência, responsabilidade, orientação e por compartilhar seus conhecimentos visando meu sucesso e aprendizado. Sua dedicação e comprometimento foram essenciais para a realização deste trabalho.

Agradeço à Universidade Estadual do Rio Grande do Sul/Litoral Norte, por proporcionar um ambiente de aprendizado e crescimento pessoal e profissional.

A todos que, de alguma forma, contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho, meu muito obrigado.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso apresenta o tema Educação Física e Inclusão: Práticas Corporais na Perspectiva da Educação Inclusiva em uma escola do município de Osório nos anos iniciais do ensino fundamental. Com o objetivo investigar e compreender as interações, estratégias e impactos do processo de inclusão de estudantes com diferentes necessidades educacionais específicas na educação física e nas práticas de docência inclusiva nos anos iniciais do ensino fundamental, visando identificar estratégias eficazes com o intuito de promover um ambiente escolar mais inclusivo, equitativo e saudável no desenvolvimento integral de todos os estudantes. Metodologicamente, o trabalho se deu por meio de pesquisa qualitativa, seguindo um roteiro de entrevista, com a qual buscamos respostas em uma escola pública municipal, com docentes de diferentes áreas, mas que lecionam no mesmo nível, os anos iniciais do ensino fundamental. Os resultados apresentados indicam que as práticas corporais, quando adaptadas adequadamente favorecem o desenvolvimento dos estudantes e, além disso, a pesquisa destaca a necessidade de formação continuada para os educadores.

Palavras-chaves: Educação Física; Educação Inclusiva; Ensino Fundamental; Inclusão; Práticas corporais;

ABSTRACT

This course completion work presents the theme of Physical Education and Inclusion: Body Practices from the Perspective of Inclusive Education in a school in the municipality of Osório in the early years of elementary school. With the aim of investigating and understanding the interactions, strategies and impacts of the inclusion process of students with different specific educational needs in physical education and inclusive teaching practices in the early years of elementary school, aiming to identify effective strategies with the aim of promoting an environment more inclusive, equitable and healthy school for the integral development of all students. Methodologically, the work was carried out through qualitative research, following an interview script, in which we sought answers in a municipal public school, with teachers from different areas, but who teach at the same level, the initial years of elementary school. The results presented indicate that body practices, when adapted appropriately, favor the development of students and, in addition, the research highlights the need for continued training for educators.

Keywords: Physical Education; Inclusive education; Elementary School; Inclusion; Body practices;

SUMÁRIO

| | |
|----------------------------------------------------------|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 8 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO..... | 10 |
| 2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO..... | 10 |
| 2.2 METODOLOGIA..... | 11 |
| 2.3 DEBATE ACADÊMICO..... | 12 |
| 2.4 TEORIAS DE INCLUSÃO TRABALHADAS ATUALMENTE..... | 19 |
| 2.5 POR QUE A INCLUSÃO ESCOLAR..... | 29 |
| 3 ANÁLISE..... | 32 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 39 |
| 5 REFERÊNCIAS..... | 41 |
| APÊNDICES..... | 43 |
| APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA..... | 43 |
| APÊNDICE B- TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA..... | 44 |
| ANEXOS..... | 51 |
| ANEXO A- CARTA DE APRESENTAÇÃO..... | 51 |
| ANEXO B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO..... | 52 |

1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como tema a Educação Física e a Inclusão, com foco nas Práticas Corporais na perspectiva da Educação Inclusiva, em uma escola do município de Osório nos anos iniciais do ensino fundamental. Com a intencionalidade de entender quais relações podemos estabelecer entre a Educação Física escolar e a docência inclusiva nos anos iniciais do ensino fundamental e como a partir disso as(os) professoras(es) concebem suas práticas a partir desta compreensão.

A pesquisa buscou examinar as metodologias e práticas pedagógicas utilizadas por professores para fomentar a inclusão de estudantes com Necessidades Educacionais Específicas (NEE) nos anos iniciais do ensino fundamental, avaliando as percepções e experiências sobre a inclusão nas aulas de Educação Física. Visou identificar os desafios e barreiras enfrentados pelos docentes ao implementar práticas inclusivas em suas aulas, analisando quais aspectos podem impactar nas aprendizagens dos estudantes. Enfatiza-se também a necessidade de ampliação da formação inicial e continuada de professores de educação física, com foco na docência inclusiva nos anos iniciais do ensino fundamental.

A Educação Física para todos é um ideal de conceitos e valores nos quais nós como educadores, almejamos e lutamos para fazer acontecer. Existem desafios e responsabilidades no processo evolutivo da Educação Física e estamos cientes disso, mas as nossas práticas precisam ter uma visão acolhedora e inclusiva. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), em seu capítulo IV – Do direito à educação, aponta que “Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar” (Art. 28, parágrafo XV).

Nós, como futuras(os) professoras(es), precisamos em nossas práticas garantir que os direitos de todos os nossos estudantes sejam respeitados e tratados como prioridade. Mas, para além disso, que os estudantes com alguma deficiência e/ou necessidade educacional específica, sejam acolhidos, valorizados e incluídos, e que seus direitos, acima de tudo, sejam respeitados, como os de quaisquer outros estudantes.

Para destacar a importância da Educação Física Inclusiva no ambiente escolar, é relevante considerar os múltiplos benefícios associados a essa prática. De acordo com Tavares, Rocha e Campanini (2023, p. 40), estão entre os “benefícios da Educação Física Inclusiva na escola: desenvolvimento motor, contribuição para a integração social,

desenvolvimento da autoconfiança, melhora na autoestima, melhora na percepção e sensação, redução do estresse, prevenção de doenças do coração e respiratórias, combate ao sedentarismo, promoção da inclusão e socialização, desenvolvimento do protagonismo dos participantes, estímulo à autonomia, acolhimento e desenvolvimento das emoções (socioemocionais)”.

Cada estudante tem seu tempo, potencialidades, habilidades e capacidades únicas de seu ser, isso quer dizer que uma mesma “atividade”, vai ter diferentes interpretações e reações, cada um vai fazer do jeito e como consegue de acordo com suas especificidades.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), voltada à Educação Física, refere que “O princípio da inclusão do aluno é o eixo fundamental que norteia a concepção e a ação pedagógica da Educação Física escolar, considerando todos os aspectos ou elementos, seja na sistematização de conteúdos e objetivos, seja no processo de ensino e aprendizagem, para evitar a exclusão ou alienação na relação com a cultura corporal de movimento” (BNCC, 2017).

Assim, é preciso investigar sobre as relações, possibilidades e dificuldades que relacionam a Educação física escolar à docência inclusiva, para entender como ela está sendo entendida e vivenciada no cotidiano dos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A presente pesquisa sobre Educação Física e Inclusão: Práticas Corporais na Perspectiva da Educação Inclusiva, foi realizada no município de Osório/RS, no qual tem aproximadamente 47 mil habitantes, segundo o último censo (2022). Desenvolveu-se em uma escola pública municipal, EMEF Osvaldo Amaral, com docentes que atuam nesta etapa dos anos iniciais do ensino fundamental, localizada no bairro Sulbrasileiro.

A escola possui em sua infraestrutura, 20 salas de aula, laboratório de informática, sala de diretoria, laboratório de ciências, sala de professores, sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE), quadra de esportes coberta, parque infantil, sala de secretaria, biblioteca, auditório, cozinha, refeitório, pátio descoberto, banheiro adequado a educação infantil, despensa, área verde, banheiro adequado aos estudantes com alguma deficiência ou mobilidade reduzida. Possuía, quando na realização da pesquisa, 68 estudantes regularmente matriculados com alguma necessidade educacional específica, cognitiva, social, emocional e física.

A presente pesquisa teve como ponto de partida o intuito de investigar as práticas corporais inclusivas na Educação Física escolar, percebendo quais relações podemos estabelecer entre a Educação Física e a docência inclusiva nos anos iniciais do ensino fundamental e junto dessa perspectiva entender como os/as professores concebem suas práticas a partir desta compreensão, analisando as adaptações feitas em suas aulas para incluir todos os seus estudantes e quais os impactos que essas práticas têm para entender o funcionamento, as práticas corporais nas quais são abordadas e como são adotadas, na perspectiva da Educação Física Inclusiva. Também buscamos identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos docentes.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) estabelece diretrizes importantes para assegurar o direito à educação inclusiva. Apesar dos avanços legislativos, a implementação prática da inclusão na Educação Física enfrenta vários desafios, incluindo a falta de formação adequada dos professores e a escassez de recursos e materiais adaptados. No entanto, esses desafios também representam oportunidades para a inovação pedagógica, desenvolvimento profissional e criação de ambientes mais acolhedores.

A partir disso, foi mobilizada esta pesquisa qualitativa, na qual buscamos entender o processo de atuação da Educação Física e a Educação Inclusiva juntas em um mesmo contexto, em uma mesma escola, com as mesmas crianças, porém de perspectivas diferentes, já que se pôde contar com a participação de três docentes que atuam nessa escola, junto a essas crianças, com representações em distintas áreas da educação. Assim, cada uma das entrevistadas trouxe seu ponto de vista, suas vivências e práticas.

Foi feita uma análise das respostas e a partir da mesma obtivemos os aspectos da relação entre a Educação Física e Inclusão, de como são pensadas as aulas para este público-alvo e como se dá o processo de integração e participação delas, quais as maiores dificuldades enfrentadas pelos docentes e como eles analisam suas práticas a partir disso. E por fim teremos uma análise de como os professores lidam com essas questões, quais as metodologias e recursos que os professores têm para atuar nessa perspectiva.

A pesquisa é relevante tanto para o campo acadêmico quanto para a prática docente, pois oferece uma análise crítica e atualizada das estratégias inclusivas na Educação Física em uma escola pública municipal nos anos iniciais do ensino fundamental. Além disso, contribui para a formação de professores mais conscientes da importância da inclusão.

2.2 METODOLOGIA

A teoria da inclusão, conforme abordada por autores como Mantoan (2003), enfatiza a necessidade de transformar práticas educacionais para garantir a participação efetiva de todos os alunos no ambiente escolar. De acordo com essa perspectiva, a inclusão não se limita apenas a integrar alunos com deficiência, mas a promover uma educação que valorize a diversidade e a igualdade de oportunidades para todos.

Para realizar o trabalho, foi utilizada uma abordagem de pesquisa qualitativa, pois esta é capaz de considerar dados que não ficam evidenciados através de números, como na pesquisa quantitativa. A pesquisa qualitativa é definida como uma forma de coleta de informações que visa descrever, e não prever, como no caso da pesquisa quantitativa.

A pesquisa qualitativa pode ser conduzida por diversos caminhos, como a pesquisa exploratória, descritiva e explicativa. Nesse caso, a pesquisa de natureza descritiva adequa-se melhor à minha proposta de estudo, foi realizado um estudo detalhado, com coleta de dados, análise e interpretação dos mesmos.

A pesquisa buscou entender o processo da Educação Física e a Educação Inclusiva juntas em um mesmo contexto, como o público-alvo da Educação Inclusiva participa da Educação Física, se há práticas corporais no processo de ensino e aprendizagem desses estudantes e como os docentes que atuam nessa área lidam e percebem suas práticas nesse contexto. Segundo Pasquini (2023, p. 27), “quando falamos em inclusão nas aulas de Educação Física, a afetividade e criatividade andam lado a lado, pois estes favorecem o processo, já que estimulam o acolhimento e valorização dos indivíduos, o respeito para consigo e para o com outro e estabelecem vínculo”.

Com criatividade e afetividade, o professor deve ressignificar as diferenças, para o aluno compreender que ser diferente é normal, é a singularidade e identidade de cada ser, proporcionando aos alunos experiências que evidenciam a superação de limites, a solidariedade, cooperação e oportunidades de celebrar as diferenças, através do movimento, dos jogos e brincadeiras, do desporto, da expressão corporal, enfim, do corpo e suas particularidades.

Contudo, realizei algumas visitas a uma escola municipal pública, localizada no município de Osório/RS, que atende os anos iniciais do ensino fundamental, onde realizei em primeiro momento uma conversa com a supervisora/coordenadora e expliquei os fins da minha pesquisa. Em outros momentos voltei a visitar a escola, mas dessa vez em contato com diferentes docentes que atuam nas turmas dos anos iniciais. Realizei três entrevistas, sendo elas com: I) uma docente que é responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE), II) uma docente do currículo com especializações na área da Educação Inclusiva e III) uma docente que atua na área da Educação Física. As entrevistas foram devidamente regulamentadas e autorizadas a serem usadas a fim de apresentarmos os resultados da pesquisa. Através das entrevistas com as docentes da área da Educação Física e da área da Inclusão, pude conhecer suas práticas e metodologias, entender o processo que é feito.

2.3 DEBATE ACADÊMICO

O movimento pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação (Brasil, 2008). Este preconiza que a inclusão efetiva da criança no ensino regular deve promover o desenvolvimento e participação ativa

dela na escola e na sociedade, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades educacionais (Alves; Duarte, 2011).

A Educação Física é fator de grande potencial para a inclusão, porém ainda é pouco implementada para responder ao desafio da Educação Inclusiva. Assim, pode-se dizer que, ainda hoje, não se observa uma significativa preocupação com estudos que relacionem Educação Física e Inclusão, tendo em vista que, historicamente, ainda se foca, em boa parte, na adaptação de esportes, que por suas características práticas, remetem à segregação.

A mesma não pode ficar indiferente diante da Educação Inclusiva, já que é parte do currículo oferecido pela escola. Além disso, a formação do professor de Educação Física é apontada como um importante fator a ser revisto e reformulado. Portanto, a visão dos professores que atuam nessa área, bem como a avaliação de suas práticas pedagógicas, é de fundamental importância.

O atendimento às pessoas com deficiência teve início no nosso país a partir da criação de alguns institutos, como o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854), Instituto dos Surdos Mudos (1857), Asilo dos Inválidos da Pátria (1887), para ex combatentes mutilados na guerra (Brasil, 2008). Mesmo que de forma precária, pois a medicina brasileira ainda não era capaz de atender às necessidades desta população, essas pessoas presenciaram as primeiras iniciativas de reabilitação física.

Já no século XX, foram fundados o Instituto Pestalozzi (1926) e a APAE (1954), ambos com seu atendimento voltado principalmente para pessoas com deficiência intelectual (na época, concebida como deficiência mental). Ainda na década de 1930, o Brasil era influenciado pelas correntes militar e higienista, visando à eugenia da raça através de ações altamente discriminatórias. Entre elas, pode-se citar a Portaria Ministerial de nº 13, de 1º de fevereiro de 1938, combinada com o Decreto nº 21.241/38, que proibia a matrícula em estabelecimento de ensino secundário de alunos cujo estado o impedia permanentemente de frequentar as aulas de Educação Física (Brasil, 2008).

No período de 1961 a 1971, algumas iniciativas podem ser destacadas no tratamento das pessoas com deficiência. Porém, a ideia partia da possibilidade ou não daqueles alunos com deficiência conseguirem se enquadrar no sistema educacional. Não existia qualquer preocupação do sistema educacional de se adequar ao aluno. Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 4.024/61 e sua alteração, pela Lei nº 5.692/71, apontam os direitos das pessoas com ausência, mas não estabelecem modificações no sistema educacional para que este atenda a todos, o que acaba por não contribuir com a inclusão do

aluno com deficiência em classes regulares, e sim por reforçar a segregação e o encaminhamento destes alunos para classes e escolas especiais (Brasil, 2008).

Em 1973, é criado o CENESP - Centro Nacional de Educação Especial, sendo responsável pela gerência da Educação Especial no Brasil. A criação desse Centro representou pequenas iniciativas isoladas do Estado e campanhas assistenciais. O quadro não propiciou a efetivação de uma política pública de acesso universal à educação, permanecendo a ideia de políticas especiais diferenciadas para a pessoa com deficiência dissociadas daquelas voltadas para pessoas sem deficiência matriculadas na rede regular de ensino (Brasil, 2008).

A Constituição Federal de 1988 coloca como alguns de seus objetivos o bem de todos, a educação como direito de todos, a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” e o direito ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. Para reforçar os preceitos de uma educação inclusiva, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, determina que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”.

A década de 1990 apresenta importantes tentativas de dar força ao movimento pela inclusão, mas também dificuldades na efetivação das ações. Foi nesta década que a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) passaram a influenciar a formulação das políticas públicas de educação inclusiva. Como um dos resultados destes movimentos, em 1994 é publicada a Política Nacional de Educação Especial, esta política prevê o acesso ao ensino regular daqueles que possuem condições de acompanhar o pré-estabelecido, ou seja, não prevê reformulações das práticas educacionais para acolher e desenvolver o aluno com deficiência, o que reforça a ideia da educação desses alunos exclusivamente no âmbito da educação especial. Portanto, apesar da ideia da integração ceder espaço para a inclusão e esta prever a garantia de que todos os alunos estejam juntos, no mesmo contexto escolar, participando das mesmas atividades, os conflitos nas relações humanas e a adequação curricular, física estrutural e de formação de professores não favorecem de imediato essas transformações (Brasil, 2008).

Olhando para a Educação Física e a Inclusão no contexto escolar no século XX, mais especificamente nos anos de 1970, observa-se a ampliação da escolarização básica e, conseqüentemente, aparecem cada vez mais casos de crianças que não acompanham o ritmo imposto pela maioria, fugindo ao padrão de desenvolvimento e aprendizagem. Diante disso, surge a Educação Especial que, assim como a Educação Física Adaptada, busca suprir aquilo

que a educação regular não dá conta. Neste período, a Educação Especial era destinada àqueles alunos que possuíam quociente intelectual (QI) abaixo da média, constituída programas próprios, técnicas e especialistas, diferenciando-se do sistema educativo geral, caracterizando-se como segregadora e assistencialista. Logo, ideias contrárias a este sistema surgiram, apoiando-se em conceitos como os de normalização e integração (Silva; Araújo; Seabra Júnior, 2008).

O século XX é marcado por diversas iniciativas, tanto discriminatórias quanto a favor das pessoas com deficiência. Em meio a tanta instabilidade no campo da Educação Física, pode-se destacar a Carta Internacional de Educação Física e Desportos, aprovada pela Conferência da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em 21 de novembro de 1978, que trouxe sugestões para o atendimento da pessoa com deficiência. Seus artigos priorizavam e garantiam o oferecimento de oportunidades corporais como forma de desenvolver e preservar seus aspectos físicos, intelectuais e morais, tanto no sistema educativo como fora dele, como forma de manutenção da prática da atividade física e desportos mesmo ao final da vida escolar. Além disso, reforça o papel formador da Educação Física, destacando valores humanos de solidariedade, fraternidade, respeito à integridade e dignidade, fatores]

essenciais para a construção da personalidade e domínio de si. Quanto aos programas de Educação Física, seus artigos enfatizam a adequação às necessidades e características socioeconômicas, institucionais, culturais e climáticas de cada país. E procuram garantir o desenvolvimento integral e harmonioso do ser humano, tenha ou não alguma deficiência.

Logo em seguida a este período, em 1980, a Educação Física passa por momentos de construção da sua identidade, o que provavelmente representa maiores dificuldades em relação à efervescência da Educação Especial e suas formas de apresentação. Após a Conferência da UNESCO, surgem intensas discussões a respeito da formação do professor de Educação Física, que passa a necessitar de subsídios para atuar junto a populações diversificadas, física, social e intelectualmente. Neste contexto, pode-se dizer que se apresenta a Educação Física Adaptada (EFA), cujo objetivo de estudo é a atividade física para pessoas com deficiência, visando à adaptação da metodologia de ensino para o atendimento de cada indivíduo, respeitando suas diferenças (Silva; Araújo; Seabra Júnior, 2008). Por isso também é preciso ter cuidado ao citar a Educação Física Adaptada, pois é necessária uma

garantia na qualidade de ensino, visando as necessidades das pessoas que possuem necessidades educacionais especiais, e não tornar a Educação Física exclusiva, segregadora.

A Educação Física, enquanto componente curricular escolar, está tentando se adequar aos princípios da Educação Especial Inclusiva e às necessidades de todos os estudantes, com ou sem algum tipo de deficiência e/ou especificidade, que passaram a ter presença constante nas escolas regulares e em ambientes de prática de atividade física e esportes.

Sobre a formação de professores e propostas pedagógicas para a Educação Física Inclusiva, Rodrigues (2003) ressalta que a Educação Física tem um grande potencial para promover a Educação Inclusiva, pois seus conteúdos são menos rígidos e mais adaptáveis. Isso permite que o currículo seja ajustado para atender às necessidades de estudantes com dificuldades, ao contrário de áreas que têm exigências mais rígidas.. Ao ampliar esta participação, a Educação Física se mostra capaz de promover satisfação em estudantes com níveis de desempenho variados. Além disso, este autor acrescenta que, geralmente, os professores de Educação Física possuem atitudes mais favoráveis à inclusão, encontrando com mais facilidade soluções para casos difíceis.

Rodrigues (2006) ainda acrescenta e aponta que o professor não é, ou não deveria ser, formado para agir como um técnico que aplica técnicas normalizadas e previamente conhecidas em situações padronizadas, e que ainda menos se assemelha a um funcionário hierarquicamente posicionado, que executa funções perfeitamente definidas e imutáveis, mas sim um profissional capaz de ser versátil, criativo e que consiga delinear planos de intervenção nas mais variadas e complexas situações. Para isso, seria necessária a formação não só acadêmica, mas profissional.

Enquanto isso, Profeta (2007) explica que o ato de educar a todos os alunos no ensino regular e propiciar a eles oportunidades iguais implica em ações complexas e desafiadoras que o ensino formal e seus professores talvez não queiram enfrentar, uma vez que o enfrentamento requisita a responsabilidade coletiva da escola, bem como apoio de uns aos outros e trocas de experiência e de recursos para essa finalidade. Não é tarefa elementar, mas enriquecedora, de um contexto que se intitula educativo.

Dado o contexto, é importante e necessário que o professor compreenda que os estudantes são diferentes e diversos, sejam aqueles com alguma necessidade educacional específica ou não. A diversidade está presente mesmo sem a deficiência e a aprendizagem se dá de diversas maneiras. Portanto, a forma de ensinar, indiscutivelmente, pode ser diferente, e

isso não está apenas vinculado a características físicas ou intelectuais, mas sim ao histórico de vivência de cada estudante, aos seus interesses e motivações pessoais. Por isso, ter especificidade ou não é um fator diferenciador, assim como qualquer outro, e estes não podem ser motivos para exclusão nas atividades escolhidas. Diversos estudos, como os de Pedrinelli (2002) e Vygotsky (2000), apontam atividades mais participativas, cooperativas, de troca de experiências e que valorizem as diferenças individuais e potencialidades do estudante.

Sobre a implementação da Educação Física Inclusiva, a inclusão tem sido conceituada como um processo que deve eliminar as barreiras que limitam a presença, aprendizagem e participação das pessoas com deficiência na sociedade. Nessa perspectiva, a Educação Física como um dos componentes curriculares da educação básica não está indiferente ao movimento da Educação Inclusiva. Como parte do currículo escolar, essa disciplina é um dos componentes importantes no processo de inclusão escolar e esportiva.

A inclusão de todos estudantes nas aulas de Educação Física é uma realidade cada vez mais marcante. Sendo assim, desenvolver atividades inclusivas passou a ser uma necessidade, pois estamos vivendo um momento no qual a sensibilidade individual e coletiva em relação à diversidade humana tem proporcionado um maior comprometimento dos professores de Educação Física com suas aulas e, conseqüentemente, colaborando para a efetivação e participação dos alunos com deficiências nas atividades curriculares.

É importante ressaltar que, segundo Ferreira (2003), as relações sociais não mudam somente por decretos e leis. O modo como elas se dão é histórico e muda conforme se criam novas condições para que as mesmas aconteçam. Sem dúvida, a Educação Física é um lugar possível para a pessoa com deficiência instituir novas sociabilidades e novas subjetividades no mundo atual.

Trabalhar com a Educação Física Inclusiva não é algo simples, não é apenas adaptar gestos corporais, nem tão pouco facilitar o rigor e as exigências técnicas para o desenvolvimento de qualquer atividade. Ao contrário, o exercício da prática corporal requer uma instrumentalização capaz de propiciar a construção de uma ordem de movimentos adequada à percepção de padrões estruturantes de uma técnica, na qual permita a realização de movimentos que façam sentido para as pessoas com e sem deficiência. Assim, é inevitável admitir que sugerimos a substituição de um padrão de relativa estabilidade na abordagem da Educação Física e do movimento por algo que ainda repercute com desprezo. No entanto, é a partir dos princípios pedagógicos desta mesma Educação Física que pretendemos alcançar

outra dimensão de trabalho e movimento. É através dela que precisamos de novas possibilidades corporais.

Na disciplina de Educação Física, a prática inclusiva, como as demais, não é uma ação tão simples, porém, se faz necessária como qualquer outra do currículo, pelo seu caráter obrigatório e de importância para o desenvolvimento das crianças, como exposto por Rodrigues (2006, p.65):

A Educação Física como disciplina curricular não pode ficar indiferente ou neutra face a este movimento da Educação Inclusiva. Fazendo parte integrante do currículo oferecido pela escola, esta disciplina curricular pode se constituir como um adjuvante ou um obstáculo adicional a que a escola seja (ou se torne) mais inclusiva. O tema Educação Inclusiva em Educação Física tem sido insuficientemente tratado, talvez devido ao fato de se considerar social ou escolar. Este assunto, quando abordado, é considerado face a um conjunto de ideias feitas e de lugares comuns que não correspondem aos verdadeiros problemas sentidos. É como se houvesse uma dimensão de aparências e uma dimensão de realidades e constatações.

Há a necessidade de trabalhar conjuntamente com as partes integrantes do currículo, mesmo sabendo que as frentes de trabalho de cada professor (ensino regular e AEE) são distintas, como já citadas neste texto. Ao professor da sala de aula comum é atribuído o ensino das áreas do conhecimento e, ao professor do AEE cabe complementar e suplementar a formação do educando com conhecimentos e recursos específicos que eliminam as barreiras que impedem ou limitam sua participação com autonomia e independência nas classes comuns do ensino regular (Brasil, 2011).

Os professores de Educação Física, por sua vez, são os responsáveis por planejar, organizar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, avaliar e executar trabalhos multidisciplinares, vinculados a exercícios das atividades físicas e de desporto (Brasil, 1998). E o pedagogo tem um papel fundamental na Educação Física, que é trabalhar para garantir uma abordagem inclusiva e interdisciplinar, que valorize o desenvolvimento integral dos alunos. O pedagogo atua como mediador entre o conhecimento técnico da Educação Física e as necessidades pedagógicas dos alunos, promovendo práticas que incentivam a participação de todos, independentemente de suas habilidades.

Segundo Silva (2020, p. 123), “a presença do pedagogo na Educação Física escolar contribui para a construção de um ambiente de aprendizagem mais equitativo, onde as atividades físicas são adaptadas para atender às diferentes demandas dos estudantes”. Dessa forma, a colaboração entre pedagogos e professores de Educação Física é essencial para o sucesso das políticas de educação inclusiva.

2.4 TEORIAS DE INCLUSÃO TRABALHADAS ATUALMENTE

De acordo com o livro "Práticas Inclusivas: Conceitos, experiências e práticas inclusivas para a Educação Inclusiva", o artigo "Educação Física Inclusiva: Uma realidade possível" ressalta que a Educação Inclusiva abrange diversos grupos, como alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento ou transtorno do espectro autista, e alunos com altas habilidades ou superdotação. A educação inclusiva se fundamenta em cinco pilares que redefinem as práticas educacionais dos professores:

1. Direito de acesso à educação, conforme o artigo 205 da Constituição Federal, que estabelece a educação como um direito de todos e um dever do Estado e da família.

2. Todo indivíduo é capaz de aprender, embora o processo de aprendizagem não ocorra simultaneamente para todos os alunos, sendo necessário entender que cada pessoa tem seu próprio ritmo de aprendizagem.

3. O processo de aprendizagem de cada pessoa é único, independente de deficiência, cada indivíduo aprende de uma maneira distinta.

4. O convívio em um ambiente escolar comum beneficia a todos, proporcionando aprendizado e experiência mútuos.

5. A educação inclusiva é uma responsabilidade coletiva, exigindo a participação efetiva de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem da criança.

A autora Oliveira, sobre a Educação Física Inclusiva, tratar-se de uma “educação física para todos”, considerando aprimorar a coordenação psicomotora e elevar a autoestima, como também contribuir para a inclusão social, auxiliar na diminuição da tensão e do estresse, ajudar na prevenção de doenças cardiorrespiratórias e, ainda, desenvolver a empatia entre os praticantes.

Há uma distinção entre Educação Física Inclusiva e Educação Física Adaptada? Oliveira argumenta que a Educação Física possui duas abordagens no contexto da inclusão: a educação física inclusiva, onde todos os alunos participam das mesmas atividades, respeitando as limitações individuais, e a educação física adaptada, em que os alunos com deficiência participam de atividades de forma isolada e adaptada. Ambas visam o desenvolvimento dos alunos, mas utilizam estratégias distintas.

No artigo “A Educação Física é de todos para todos”, Nogueira (2017) acrescenta que levando a premissa à risca, não devemos suprimir aqueles que até pouco tempo eram considerados inaptos à prática de qualquer tipo de atividade ou desporto físico. São pessoas

normais como qualquer outra pessoa, têm apenas uma ou algumas limitações; todos nós temos, em maior ou menor grau. Isso não deve ser encarado como excludente de convívio social, muito pelo contrário, deve ser reconhecido como incentivo a novas descobertas. Defendendo que devemos ser iguais dentro das nossas diferenças e particularidades.

Destaco o que a autora Souza (2018) aborda no artigo “Educação Inclusiva o direito de participar e aprender”, que a Educação Inclusiva nas escolas regulares faz com que refletimos sobre os desafios e perspectivas, sobre os direitos e a importância da inclusão para que os discentes e a maneira que para que isso aconteça plenamente.

Segundo a abordagem teórica de Mantoan (2003), a inclusão escolar é fundamental para promover um ambiente educacional que respeite e atenda a diversidade dos alunos. A instituição inclusiva deve ser o meio transformador da comunidade escolar, onde possa atender às particularidades dos alunos com alguma Necessidade Educacional Específica (NEE). Ela permite a convivência e a integração de todas as pessoas com NEE e garante todos os direitos relacionados à escolaridade. A escola deve estar, em suas estruturas, equipamentos e profissionais, preparada e pronta para receber a todos de forma adequada.

Em relação à formação do docente na perspectiva inclusiva é introduzir o estudante, além de conhecer os processos e currículos pedagógicos a fim de garantir acessibilidade e inclusão. Ao longo da inclusão escolar, o educador deve estar atento às relações interativas, reforçar os conceitos de convivência aos estudantes, como empatia, respeito às diferenças, carinho, atenção, bem como mobilizar toda a comunidade escolar.

Os momentos de conexão e empatia são cruciais para uma educação inclusiva. A Educação Inclusiva, de acordo com Silva, Cabral e Martins (2016), tem como proposta “a garantia de uma educação de qualidade para todos”. Para Dias, Rosa e Andrade (2015), trata-se da inserção escolar de todos aqueles que tradicionalmente excluídos, referindo, portanto, aqueles que fazem parte da educação especial estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, bem como crianças e adolescentes, pobres, negros, indígenas, imigrantes com divergências legais, e entre outros, oferecendo-lhes uma formação significativa.

Sabe-se que, ainda hoje, são muitos os desafios que permeiam a perspectiva de Educação Inclusiva em sua prática, mesmo diante das várias implantações relativas a políticas de inclusão escolar. Assim, fundante se faz assumir a defesa de que a escola inclusiva, a diversidade e a consciência de suas funções sociais e políticas tornam o espaço proposto para as mudanças sociais alicerçadas em princípios que possam visar uma educação digna, igualitária e de qualidade para todos.

Pensando nos desafios para as práticas inclusivas, vê-se que um dos maiores obstáculos encontrados é a falta de acessibilidade. Ainda é nítida a escassez estrutural e a ausência de profissionais capacitados para lidar com as necessidades das crianças. A inclusão continua sendo um grande desafio à medida que além das práticas que incluem o discente, é fundamental garantir a aprendizagem e o processo de todos com equidade. A quebra de preconceitos sociais, desenvolvendo a aprendizagem de forma colaborativa.

Os desafios e as perspectivas da inclusão estão em destaque, pois trata de um tema de extrema importância na atualidade. Esse assunto leva a ter uma noção de como é difícil a vida dessas pessoas. Vivemos, assim, numa sociedade carregada de paradigmas os quais descobrem historicamente "pessoas perfeitas", ou a hipóteses classificadas, abalizadas como perfeitas. A observação das dificuldades que essas pessoas enfrentam, desse modo, salienta a importância do educador na garantia dos direitos, com a assistência dos direitos e da integridade sendo submetido, do direito e da igualdade, visto que, se torna banal, apesar disso, insuficiente concretizado. Diante disso, Mendes (2014, p. 38) destaca que, desde o início do movimento de inclusão, são amplas as discussões sobre a implantação de uma política de inclusão escolar. No âmbito educacional, passou-se a defender a construção de um sistema único de qualidade para todos os sujeitos com e sem deficiência.

Os inúmeros estudos contribuem para a formação profissional nessa área, onde possibilitam cogitar acerca do alcance de conceitos como práticas educativas e buscam subsídios para inovação das práticas pedagógicas, assim como preparar-se para receber e acolher os alunos com deficiência, despertar e motivá-los por meio de jogos e dinâmicas, tarefas com instrumentos específicos para cada necessidade inclusiva. A inclusão social faz jus ao que é ofertado e a permanência dos discentes em salas de aulas regulares, nos quais eram excluídos do sistema de ensino regular e hoje já se encontram, em suma, incluídos juntos dos outros discentes. As diferenças são aceitas e acolhidas.

Os demais colegas são considerados pela sociedade "normais", sendo que necessitam de um bom entrosamento e harmonia, que possuem limitações dependendo do grau da deficiência. Nesse sentido, defendemos a inclusão social, não apenas o que está regulamentado em decretos e leis. O papel da escola deve ser em receber o discente para desenvolver suas potencialidades, gradativamente, e com a ajuda dos educadores, tornar a educação inclusiva mais presente no contexto escolar.

Ainda, reforça-se a compreensão de Mantoan (2007, p. 45), a qual afirma que a inclusão é um desafio que, ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria da qualidade da educação básica e superior, pois para que os alunos com e sem

deficiência exerçam o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de atender às diferenças.

Segundo Mantoan (2003, p. 29):

incluir é necessário, primordialmente, para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras. Não podemos contemporizar soluções, mesmo que o preço que tenhamos de pagar seja bem alto, pois nunca será tão alto quanto o resgate de uma vida escolar marginalizada, uma evasão, uma criança estigmatizada sem motivos.

Em relação às escolas que trabalham com a inclusão, Mantoan (2002) nos esclarece que em contextos educacionais inclusivos, que preparam os alunos para a cidadania e visam ao seu pleno desenvolvimento humano, como prevê a Constituição Federal em seu artigo 205, as crianças e adolescentes com deficiências não precisam e não devem estar fora das turmas comuns das escolas de ensino regular de Educação Infantil e do Ensino Fundamental e Médio, frequentando classes e escolas especiais.

O grande desafio da educação inclusiva não tem uma fórmula mágica para sua superação. Ela se desenvolve de acordo com as necessidades que vão surgindo, legitimando possibilidades educacionais e revelando vários caminhos para que as escolas se tornem espaços abertos às diferenças. Por mais que haja debates e lutas cotidianas para que as crianças diferentes tenham acesso ao espaço escolar. A escola deve estar em constante preparação com o currículo adaptado, os docentes estarem preparados e abertos às novas possibilidades e as dificuldades que irão encontrar na rotina dos discentes. Não basta ter somente um discurso educativo no decorrer do ano letivo, mas é necessário ter as respostas pedagógicas para os problemas que serão vivenciados. É "fácil" a escola dizer que é inclusiva, mas precisamos analisar se realmente é "inclusiva" ou não, e aceitar as diferenças ou somente ter um discurso inclusivo.

O papel crucial da educação básica na superação das desigualdades e na formação de um ambiente político firme é inquestionável. A cooperação dos docentes, em conjunto com a comunidade escolar, é essencial para enfrentar as divergências escolares e desenvolver soluções adequadas para a educação contemporânea. Escolas que reconhecem e valorizam as diferenças implementam projetos inclusivos e oferecem um ensino adaptado às necessidades dos alunos que enfrentam dificuldades, sejam elas deficiências ou outros problemas de natureza relacional, motivacional ou cultural. Essas escolas desafiam e rejeitam as abordagens tradicionais de adaptação de currículos, facilitação de atividades e programas de reforço ou aceleração, típicas para corrigir a defasagem idade/série escolar. A urgência de

superar o sistema tradicional de ensino, tanto em conteúdo quanto em metodologia, visa formar alunos éticos e justos, capazes de transformar o mundo em um lugar mais humano.

Segundo Mantoan (2003, p. 34/35), recriar o modelo educacional está intrinsecamente ligado ao conceito de qualidade de ensino. É com essa máxima que afirmamos a importância de garantir que todos os alunos tenham o direito de estar na escola, com suas particularidades respeitadas, em busca de uma sociedade inclusiva.

A Declaração de Salamanca normatiza que:

[...] Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades (UNESCO, 1994).

Ao longo dos anos, os debates visando ao desenvolvimento das políticas públicas para inclusão de pessoas com deficiência nos diversos setores da sociedade foram fomentados a partir de documentos aprovados por governantes de diferentes países. Eles contribuíram para que esses documentos afirmativos de uma cidadania inclusiva influenciassem a forma de pensar e de agir frente aos direitos das pessoas com deficiência pelo mundo.

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994), em referência à trajetória do processo inclusivo, enfatiza-se a relevância de inclusão dos estudantes com deficiência no sistema regular de ensino, com estratégias voltadas às necessidades desses, já que destaca que toda criança é única. Este documento reforça a superação do princípio da integração pelo princípio da inclusão. Chama à responsabilidade os governos dos diferentes países participantes para elaborar uma legislação que assegure os direitos à educação de qualidade em escola regular, oferecendo possibilidades de aprendizado para os professores que passariam a receber alunos com deficiência e inserido, já na formação inicial, discussões sobre esta população em específico (Salerno, 2014, p. 29).

É notável uma reformulação das práticas educacionais inclusivas, apoiadas na LDBEN, Capítulo V, Art. 59, que esclarece a importância e a necessidade de os sistemas de ensino oferecerem “atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.” Uma vez implantadas estas leis no país, o que se verifica na maioria das instituições de ensino regular é um evidente despreparo nas práticas educacionais para atender a demanda exigida (Maueberg-DeCastro, 2005). Não ocorreu diferente com a área de Educação Física, que encontra suas dificuldades em razão da não adaptação arquitetônica e pedagógica das escolas

em geral. Então, ao se pensar em corpos com deficiência, certamente a escola é o foco da atenção, e a Educação Física é o âmago das reflexões propostas (Gaio; Porto, 2006).

De acordo com Coelho (2021), a Educação Inclusiva é uma temática que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. Tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos discentes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação. A esfera educacional tem como um de seus objetivos promover respostas às necessidades educacionais especiais desse público-alvo. Entretanto, a vivência da inclusão ainda se encontra longe do que sonhamos, seus conceitos ainda estão um pouco distantes da realidade esperada, a formação docente e a maneira como aprendemos sobre Educação Inclusiva ainda necessitam percorrer um árduo caminho para que se atenda de forma eficiente crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais específicas.

Indicadores que possam contribuir para a realização desse objetivo seriam: instituições de ensino equipadas e professores capacitados, materiais didáticos e pedagógicos direcionados; espaço físico adequado. De modo geral, encontramos ainda professores despreparados para essa realidade sem uma rede de apoio para desenvolver seu trabalho com qualidade.

Na escola inclusiva, as adaptações de grande porte são de competência dos órgãos de educação nas esferas federais, estaduais e municipais, dependendo da natureza da instituição de ensino, enquanto as de pequeno porte partem da iniciativa do professor e da busca por qualificação (Rocha, 2017).

Para que as escolas sejam verdadeiramente inclusivas, ou seja, abertas à diversidade, há que se reverter o modo de pensar e de fazer educação nas salas de aula, de planejar e de avaliar o ensino e de formar e aperfeiçoar o professor, especialmente os que atuam no Ensino Fundamental. Entre outras inovações, a inclusão implica também uma outra fusão, a do ensino regular com o especial e em opções alternativas/aumentativas da qualidade de ensino para os aprendizes em geral (Belisário, 2005, p. 130).

Na concepção desse autor, não há inclusão sem diferenciação pedagógica, porém ela não pode marginalizar o aluno com NEE, deve sim inseri-lo nas atividades em que for possível a sua participação, de preferência trabalhar com aquelas que possam ser realizadas por todos da turma. Para isso, os professores devem atuar como mediadores, criando ambientes que facilitem a interação de acordo com as necessidades particulares de cada um, utilizando a diferenciação apenas para a organização do trabalho e não como método pedagógico. Mittler (2010, p.17) destaca que “a pedagogia inclusiva não pode ser algo

adicional atrelado à pedagogia existente, o lugar de partida deve ser uma “boa pedagogia” que ela possa, oportunamente tornar-se boa pedagogia para todos”.

A Inclusão, que é decorrente da integração, se diferenciou dessa por sugerir que não são as crianças que devem se ajustar às exigências da escola, era o sistema de educação que deveria ser revisto para atender todos os alunos independente de suas condições pois é o dever da escola ser o facilitador na integração social do aluno.

O conceito de integração, segundo Mazzotta (1982), deve envolver o espaço e o tempo de convivência no mesmo ambiente. Assim quanto maior a oportunidade de convivência melhor os resultados, desde que a escola e o ambiente sejam preparados adequadamente para uma integração de forma “gradativa”. No entanto, o que percebemos nas produções e práticas atuais é que vivemos um momento de valorização da igualdade e de inclusão nas sociedades atuais.

Diversos grupos e minorias buscam possibilidades de valorização pessoal e social, e mesmo não tendo consciência da luta pelos direitos, as crianças contam com atores e militantes em busca da inclusão e da convivência social. A segregação vivenciada historicamente pela pessoa com deficiência, hoje em dia se configura em socialização e todas as leis criadas corroboram para a garantia desses direitos. Ainda um desafio posto nos espaços de inclusão refere-se a questão da integração Social da pessoa com deficiência, ou seja, o processo de integração, participação ativa dos grupos, e com toda a comunidade escolar.

A educação inclusiva aponta para uma possibilidade legal de educação para todos, isto é a educação que visa reverter o percurso da exclusão, ao criar condições, estruturas e espaços para uma diversidade de educandos. Desta forma, buscamos o ideal de uma escola inclusiva que possa transformar não apenas a estrutura física, mas aspectos subjetivos como as atitudes e concepções dos educadores e de todos os atores da comunidade escolar, para aprender a lidar com as diferenças.

Para Mantoan (2003, p. 87):

A Educação Especial é de responsabilidade de todos, sem exclusão ou exclusão dos poderes públicos e particulares. A partir das trocas e interações, as crianças ampliam suas chances de se apropriar com mais qualidade do mundo ao seu redor. Elas são seres sociais por natureza e podem aprender desde cedo a coexistir sem maiores conflitos. A sociedade só será inclusiva se pudermos identificar contradições, paradoxos e promover rupturas. Enfrentar pesadelos, superar o conformismo e não desistir da utopia da educação inclusiva como um paradigma educacional, buscando romper com as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

A Educação Inclusiva, requer uma atenção individualizada e ao mesmo tempo social, sem preconceitos ou discriminações, respeitando e ofertando uma atenção de qualidade para todos os alunos, em seus diferentes ritmos de aprendizagem, cultura e estilos.

As limitações encontradas no sistema educacional são inúmeras para uma educação de qualidade a pessoas com necessidades educacionais específicas, entretanto é possível reverter o quadro, ou seja, reconhecer a diversidade existente nos espaços de socialização das crianças, em especial nos espaços escolares, é fazer socialização um meio de transformação, valorização da diferença e da singularidade de cada pessoa, tenha ela deficiência ou não.

Nesse sentido existe o desafio de incluir, com sucesso, todas as crianças no processo de ensino-aprendizagem, o que exige que as escolas sejam verdadeiramente inclusivas e abertas à diversidade. Há que se reverter o modo de pensar e de fazer educação nas salas de aula, de planejar e de avaliar o ensino e de formar e aperfeiçoar o professor, especialmente os que atuam nos primeiros anos de ensino, bem como no ensino fundamental. É importante a inclusão dentro e fora da escola, nesse sentido, é coerente a ideia de Ferreira e Guimarães (2003, p. 117), “A inclusão é uma força cultural para a renovação da escola, mas, para ter sucesso, as escolas devem tornar-se comunidades conscientes. Sem esse sentido de comunidade, os esforços para alcançar resultados expressivos são inoperantes”.

De acordo com Khater e Souza (2018), o segredo do sucesso na inclusão é a disposição para trabalhar e construir uma rede que se adapte e pense em estratégias que superem as limitações dos profissionais e possam de verdade dar apoio a todos. Todos os alunos, independentemente de deficiência, querem se sentir incluídos, fazer amizades e conviver de maneira saudável.

A integração também é um direito que deve ser garantido a todos os estudantes e mediada pelos profissionais envolvidos na educação dessas crianças com ou sem necessidades especiais ou específicas. Em uma perspectiva mais ampla, a integração contém formulações que permitem a inclusão de alguns alunos com as mais diferentes especificidades no sistema regular de educação.

No Brasil, apesar de mais tardiamente que em outros países, contamos com um dispositivo legal em defesa ao atendimento educacional às pessoas com deficiências, a saber, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, e a LDBEN (Lei 9394/96), mas foi nos últimos anos que se intensificou na prática a política educacional inclusiva.

A escola é um sistema submetido não só aos termos legais, mas também aos valores sociais e culturais dominantes. Não basta a organização escolar estar adaptada à letra da Lei, se não houver maturidade do profissional em educação na busca de um trabalho efetivo, de

uma vivência para a construção do conhecimento, com capacidade de desenvolver recursos nos alunos para lidar com a frustração das possibilidades de insucessos.

Entende-se por necessidades educacionais específicas aquelas associadas às dificuldades que o sujeito tem para aprender. A partir dessas, a escola precisa encontrar um método que alcance a aprendizagem de cada criança, jovem e adulto, incluindo aqueles que possuem diferenças físicas e intelectuais, para que eles possam obter êxito em seu desenvolvimento educacional. É necessário que aconteçam algumas mudanças na rede de ensino, reconhecer e valorizar é o princípio para uma educação que atenda as diversidades com a garantia de sucesso, compreendendo as várias formas de ser na heterogeneidade do ser humano.

Cabe ainda destacar que Souza (2018) ainda que explicita que a inclusão se dá em decorrência da integração, traz as devidas diferenciações ao sugerir que não são as crianças que devem se ajustar às exigências da escola, mas sim o sistema educativo que precisa ser revisto para atender todos os alunos independente de suas condições, pois é dever da escola ser o facilitador na integração social do aluno.

Sobre o conceito de integração, segundo Mazzota (1982, p. 39), traçam-se as seguintes dimensões:

Integração Física: envolve o espaço e o tempo de convivência no mesmo ambiente. Assim quanto maior fosse a oportunidade de convivência melhor seriam os resultados, desde que a escola e o ambiente fossem preparados adequadamente e a integração ocorresse de forma “gradativa”.

Integração Funcional: supõe a utilização dos mesmos recursos educacionais disponíveis no ensino comum.

Integração Social: Diz respeito ao processo de integração com o meio, à comunicação e à inter-relação por meio da participação ativa dos grupos, na escola e na comunidade.

Portanto, a Educação Inclusiva vem ganhando força no Brasil desde meados da década de 1990, e amplia sua concepção de educação especial, tendo a finalidade de permitir a todos os alunos os mesmos direitos daqueles que não possuem nenhuma deficiência ou que não sofram nenhum tipo de preconceito, a ter o direito à educação, possibilitando a matrícula nas escolas de ensino regular, concedendo, àqueles que necessitarem, atendimento pedagógico especializado.

Para a criança em desenvolvimento, é importante a manifestação de afetividade, e solidariedade, se pretendido o senso de inclusão. Este movimento deve ser não apenas educacional, mas também social e político no que se refere a estratégias de intervenção consciente e responsável, no contexto educacional, para que no futuro as crianças venham

também, defender o direito de todos os alunos desenvolverem e concretizarem as suas potencialidades.

Mantoan (2016) cita que a inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas especialmente as de nível básico ao assumirem que as dificuldades de alguns estudantes não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada.

No artigo “A Educação Inclusiva na Educação Física: Mudar para incluir”, Longo (2020) ainda refere que as pessoas com deficiência física ao longo da história foram vistas sob enfoques bastante diversificados. Foram divinizadas, sacrificadas, tomadas como possuídas pelo demônio, rejeitadas, superprotegidas e até mesmo objetos de manifestações de piedade e assistencialismo.

Gorgatti e Costa (2014) destacam que, por vezes, o professor confunde deficiência com doença, ou assume uma atitude passiva nas aulas ou não tem informações diante da situação, e, em seguida, priva seus alunos com deficiência da oportunidade de ter experiência motora e experiências recreativas escolares, que inevitavelmente terão consequências, por vezes, irreparáveis.

O estudante que possui deficiência precisa sempre criar condições para se adaptar e se desenvolver de acordo com o ritmo dos outros estudantes. Conforme explica Rodrigues (2017, p. 26), “ao exigir que os alunos com alguma necessidade educacional especial se ajustassem ao ensino das escolas regulares, o paradigma da integração escolar manteve a exclusão de todos aqueles sujeitos que não conseguiam se adequar”.

A inclusão prevê que a sociedade precisa se adequar para acolher todas as diferenças. Pela inclusão escolar, todos os alunos devem frequentar as salas de aula do ensino regular. Rodrigues (2019, p. 28) explica que “todos os sujeitos com necessidades educacionais especiais têm o direito de estarem nas escolas regulares de modo que esses espaços e seus profissionais têm o dever de se adequarem para atender os diferentes processos de aprendizagem”. Sasaki (2002) salienta a importância do valor da pessoa com deficiência neste paradigma:

Os valores agregados às pessoas com deficiência são: I) o do empoderamento (uso do poder pessoal para fazer escolhas, tomar decisões e assumir o controle da situação de cada um) e II) o da responsabilidade de contribuir com seus talentos para mudar a sociedade rumo à inclusão de todas as pessoas, com ou sem deficiência (Sasaki, 2002, p.14).

Dessa forma, a inclusão objetiva a inserção escolar de forma radical e completa, desde o início da vida escolar, estruturando o sistema educacional de acordo com as necessidades de todos os alunos.

A aceitação e a valorização da diversidade, a cooperação entre diferentes e a aprendizagem da multiplicidade são, assim, valores que norteiam a inclusão social, entendida como o processo pelo qual a sociedade se adapta de forma a poder incluir, em todos os seus sistemas, pessoas com necessidades especiais e, em simultâneo, estas se preparam para assumir o seu papel na sociedade (Silva, 2009, p. 144).

A inclusão é crucial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, conforme destacado pelos autores mencionados. Rodrigues (2019) enfatiza que todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades educacionais especiais, têm o direito de estar em escolas regulares, e é dever dos profissionais e instituições se adaptarem para atender a essas necessidades. Esse conceito é reforçado por Sasaki (2002), que sublinha a importância do empoderamento e da responsabilidade das pessoas com deficiência para contribuir para uma sociedade mais inclusiva. Silva (2009) complementa, afirmando que a inclusão social deve promover a aceitação da diversidade e a cooperação entre diferentes, preparando a sociedade e os indivíduos para se adaptarem mutuamente. Assim, a inclusão vai além da simples inserção escolar, buscando uma integração profunda e significativa que valorize cada indivíduo e fortaleça a coesão social.

2.5 POR QUE A INCLUSÃO ESCOLAR?

A inclusão é importante, pois garante que todos os estudantes, independentemente de suas condições, tenham acesso a uma educação de qualidade e equidade de aprendizagem. Promove a diversidade, a igualdade e a justiça social dentro do ambiente educacional, sendo uma oportunidade de reverter situações que marcam toda a história da educação brasileira. Por meio dela, busca-se a eliminação de mecanismos segregatórios, como classes especiais e programas de aceleração. Nesta perspectiva, é preciso acabar também com a concepção idealista, a qual naturaliza o desenvolvimento, necessidades e características do indivíduo, não busca a essência do problema e sua consequente transformação. Logo, não basta matricular os alunos com deficiência em classes regulares, sem oportunizar aos mesmos uma educação com equidade, reconhecendo as diferenças e possibilitando as adaptações necessárias.

Conforme destaca Rodrigues (2017, p. 19) “é imprescindível o reconhecimento das diferenças dos processos de aprendizagem de cada aluno na elaboração das metodologias e

tarefas escolares, do mesmo modo que é essencial compreender que todos, igualmente, têm o direito de aprender e se desenvolver”. Diante deste paradigma educacional a inclusão de diversas políticas públicas se voltaram a grupos historicamente excluídos. É preciso, assim, refletir se estas propostas e políticas de inclusão educacional realmente estão considerando as diferenças na escola.

Normalmente, tais propostas e políticas pleiteiam a tolerância e o respeito ao outro. Porém, esses sentimentos são marcados por uma superioridade de quem tolera e respeita, enfatizando uma “normalização”, ou seja, como um padrão de hierarquização e de avaliação de alunos, de pessoas” (Mantoan, 2006, p. 24). Assim sendo, a inclusão desconsidera o sistema de significação escolar, muitas vezes excludente e elitista, propondo o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional. Conforme explica Silva (2009, p. 148):

[...] educação inclusiva parte do pressuposto de que todos os alunos estão na escola para aprender e, por isso, participam e interagem uns com os outros, independentemente das dificuldades mais ou menos complexas que alguns possam evidenciar e às quais cabe à escola adaptar-se, nomeadamente porque esta atitude constitui um desafio que cria novas situações de aprendizagem.

Neste contexto, vamos lembrar do Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que instituiu a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, o qual permite a matrícula de alunos com deficiência em escolas regulares inclusivas, em escolas especializadas ou em escolas bilíngues de surdos, o que pode ser considerado um retrocesso na educação inclusiva. Conforme ressalta Vygotsky, a escola especial:

[...] [destacava-se] pela deficiência fundamental de que se [limitava] seu educando – a criança surda, surda-muda ou atrasada mentalmente – no estreito círculo da coletividade escolar, em que se [criava] um micromundo isolado e fechado em que tudo [estava] acomodado e adaptado ao defeito da criança, tudo [estava] centrado na insuficiência física e não a [introduziu] na vida autêntica (Vygotsky, 1925/1983/1987, p. 59 apud Leal, 2013, p. 148).

Rodrigues (2017, p. 34) ressalta que uma escola efetivamente inclusiva considera todas as diferenças, sem nenhuma depreciação, e complementa que “precisamos admitir também que o desenvolvimento integral dos sujeitos se dá, precisamente, por essas diferenças constituídas nas inúmeras relações sociais estabelecidas”. A educação atual exige, portanto, novas formas de organização e diferentes estratégias de intervenção para que os objetivos de aprendizagem sejam alcançados.

Deste modo, percebe-se também o papel central do professor para a efetivação de uma educação inclusiva. Em relação ao professor inclusivo, Carmo (2019, p. 04) ressalta a

necessidade de professores bem qualificados para os alunos com deficiência, requisito destacado na Declaração de Salamanca, segundo a qual “a formação de professores deve constituir-se em um dos principais pontos das políticas públicas nacionais de inclusão.”

A luta pela qualidade e pela inclusão é concomitantemente uma luta pedagógica e social. A escola inclusiva tem como princípio fundamental que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de qualquer dificuldade ou diferença que possam ter. Deste modo, tornam-se mais sensíveis e crescem respeitando as semelhanças e diferenças individuais.

O desafio, portanto, é transformar a profissão docente em uma profissão do conhecimento. Uma profissão que seja capaz de aproveitar as oportunidades da nossa sociedade para conseguir que respeite um dos direitos fundamentais: o direito de aprender de todos os alunos e alunas, adultos e adultas (Marcelo, 2009, p. 128).

Para uma educação inclusiva, é necessário o envolvimento de todos os atores do processo educativo, os quais, juntos, atuam nas funções psicológicas elementares das crianças.

Como o desenvolvimento é caracterizado pela transição das funções mentais básicas em funções mentais mais sofisticadas, é nessa via que os cursos e programas de formação continuada docente devem trabalhar. Ou seja, devem ser criadas mediações que possibilitam e qualificam o desenvolvimento desses processos psíquicos superiores. Isso significa que, de acordo com a Psicologia Histórico-Cultural, é para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores que os programas de formação docente devem direcionar suas ações (Rodrigues, 2017, p. 52).

Assim, ao se valorizar a subjetividade dos docentes, são possibilitadas novas significações aos mesmos e, por consequência, a chance de se reconhecerem como co-responsáveis por suas formações. Também é oportunizado que pensem metacognitivamente, ou seja, que reflitam sobre o próprio ato de conhecer e aprender, bem como se permitam uma maior compreensão de si e, principalmente, mais entendimento e empatia com o outro.

3 ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS REGISTROS FEITOS ATRAVÉS DA PESQUISA DE CAMPO

Conforme relatado na introdução, o presente trabalho apresentou como metodologia uma pesquisa qualitativa com docentes dos anos iniciais do ensino fundamental em uma escola pública municipal de Osório. Foram realizadas três entrevistas com docentes de diferentes áreas, sendo elas: Educação Física, Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Ensino Fundamental. As entrevistas foram realizadas presencialmente, em momentos diferentes, com um roteiro de entrevista composto por 12 questões. Todas as entrevistas foram gravadas e analisadas buscando resultados que contribuíssem com a pesquisa.

De acordo com as entrevistas realizadas, alguns aspectos que contribuiriam para a pesquisa foram questões relacionadas com a formação inicial e continuada.

A primeira entrevistada, professora A, iniciou sua formação na área da Matemática:

Professora A: Inicialmente sou formada em Matemática e Pedagogia, sou Pós-Graduada em Educação Especial. Trabalho com a Educação Especial no município. Minhas maiores dificuldades é que a sala de aula não é fácil é muito difícil, hoje em dia estamos com uma sobrecarga muito grande, em função da falta de participação dos pais, eles estão sendo insuficientes.

A professora B iniciou no magistério:

Professora B: Eu fiz magistério e aí depois eu não queria educação física, mas aí foi um curso novo que apareceu aqui na faculdade e aí eu me interessei. Eu queria, a princípio, fazer outro curso, não era nem na área da educação (formação inicial). Mas aí teve Educação Física, eu já gostava e aí me encaixei. Depois eu fiz pós também em Educação Física, na área de docência e fiquei.

E a terceira entrevistada, a professora C, começou na área da Educação Física:

Professora C: Minha formação inicial é em Licenciatura em Educação Física. Muitas dúvidas e inseguranças no início. Mas a prática nos traz muitos conhecimentos. Também tenho formação na área da educação inclusiva com especialização em Atendimento Educacional Especializado, Educação Inclusiva e Psicopedagogia Clínica e Institucional.

Segundo Rodrigues (2011), podemos concluir a necessidade de uma formação na área da Educação Inclusiva. O autor enfatiza a importância de uma formação adequada para educadores, a fim de garantir uma inclusão efetiva de todos os alunos no ambiente escolar, abordando também a necessidade de capacitação dos profissionais da educação para trabalhar com a diversidade nas salas de aula e promover um ambiente inclusivo. Relacionam-se essas concepções com a presente pesquisa à medida que quando foi perguntado se durante a formação inicial as docentes tiveram uma base sobre Inclusão, as três entrevistadas responderam que tiveram pouca ou nenhuma experiência com a Educação Inclusiva, como se observa em seus seguintes:

Professora A: A sala de aula do magistério é desafiadora, vive nos desafiando e precisamos estar preparadas para isso.

Professora B: Durante o magistério, nada. Nada assim com a inclusão, não teve base nenhuma inclusiva. Nenhuma. Já na educação física, sim, tinha uma cadeira de educação inclusiva. Uma cadeira só para isso. Então, ali, ali foi o ponto, sabe? Mas até então, assim, não tinha noção. Porque quando eu trabalhava em creche, antes de começar, eu trabalhei em creche, e não tinha ninguém. Era tudo direcionado a APAE.

Professora C: Avalio que foi pouco inserido no meu curso de graduação. A necessidade do conhecimento sobre este tema é muito importante. Noto o quanto colegas de escola têm esta necessidade.

A inclusão de pessoas com deficiência é matéria relevante nas diferentes esferas da sociedade. Oportunizar que todos possam desfrutar de seus direitos e deveres no exercício da cidadania é condição essencial para promover o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária. Leis brasileiras que defendem a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade argumentam que é dever da sociedade, da família e do Estado oferecer oportunidades de aprendizagem que garantam aos alunos o acesso ao sistema de Ensino Básico (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015).

No campo da Educação Física, Triezenberg (2014) encontrou que professores que tiveram formação em Educação Física adaptada apresentaram maiores níveis de autoeficácia para incluir alunos com deficiências físicas e para assistir os alunos na instrução de colegas com deficiência visual, se comparados aos professores que não tiveram tal formação.

As Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Educação Física (Resolução CNE/ CP nº 7, de 31 de março de 2004) orientaram para que se deva contemplar, dentre várias dimensões e populações, as necessidades das pessoas com deficiência, oportunizando a prática de atividade física, cuidado com a saúde e qualidade de vida. Contudo, professores de Educação Física identificaram a presença de barreiras para promover a inclusão na escola, visto que nem sempre a estrutura e o corpo docente estão preparados para isso.

Em relação à formação continuada, que é de fato importantíssima, as docentes relataram que se elas mesmas não buscarem a formação, elas não têm. Que o município não fornece formações referentes à Educação Inclusiva, e isso torna o trabalho docente ainda mais complicado:

Professora B: Bom, no ano passado não teve nenhum tipo de formação para Educação Física. Nenhum tipo, na verdade fomos esquecidas. Foi a primeira vez em todos os anos que isso aconteceu. E somos nós os participantes. Tanto que agora, na primeira do ano que teve aqui, que é geral para as escolas, é geral da área, é um assunto geral, vamos dizer, o que mais tinha era professor de Educação Física. Então, não tem, assim, específico para a inclusão, nenhum tipo! Nenhum tipo! Nem o material de Educação Física é adaptado, nada!

Outro aspecto que colaborou com a pesquisa foi a importância e a valorização do professor de Educação Física no que se refere ao relacionamento com a perspectiva da educação inclusiva. Este profissional tem um papel fundamental para o desenvolvimento de um ambiente escolar mais equitativo e acessível para todos os estudantes, contribuindo para o desenvolvimento social e emocional. A docência da Educação Física proporciona oportunidades para trabalhar em equipe, proporcionar atividades coletivas nas quais os estudantes aprendem a cooperar, respeitar as diferenças e desenvolver habilidades de empatia e comunicação.

De acordo com Rodrigues (2006), a inclusão na Educação Física proporciona diversos benefícios significativos, entre os quais a possibilidade de contribuir para a eliminação de barreiras e preconceitos em relação às pessoas com necessidades educacionais específicas, sejam elas físicas ou cognitivas. Quando todos os estudantes têm a mesma oportunidade de participar juntos, a conscientização e a aceitação das diferenças aumentam, promovendo uma cultura de inclusão e respeito na escola. A professora B, que atualmente é a docente de Educação Física da escola na qual realizei a pesquisa, traz uma problematização a respeito da valorização dos profissionais de Educação Física:

Para Educação Física, não. Não precisa, né? Para quê? É só jogar bola, é o que a gente escuta. E também falta treinamento para mim porque o que eu faço é o que eu busco, não é que ninguém diz assim, ó, vou te ajudar. Não vem da mantenedora oferta de ajuda, vamos ver isso aqui, vamos pesquisar, vamos procurar, isso não acontece. Se não sair de mim, a minha aula vira chata e vira chata pra mim também.

Desta forma, ficou evidente que não é ofertado com frequência pelo município e nem pela escola formações que deixem os(as) docentes mais seguros para lidar com os estudantes com alguma necessidade educacional específica, sendo ela física e/ou cognitiva, intelectual, social ou relacional. Diante disso podemos concluir que a trajetória docente é um tema que deveria ser amplamente estudado na educação, pois abrange a formação, desenvolvimento e desafios enfrentados pelos professores ao longo de suas carreiras.

Mantoan (2006) aborda a necessidade de preparar adequadamente os professores, tanto na formação inicial quanto na continuada, para atuar com a diversidade e promover um ambiente inclusivo. Por isso a importância da formação inicial e continuada, desenvolver a formação, cursos de aperfeiçoamento, programas de desenvolvimento profissional, especializações. As professoras entrevistadas em relação à trajetória docente contribuíram para um entendimento da realidade atual delas e da escola:

Professora C: Quando me deparei com a realidade da prática, e do tamanho da demanda, notei que jamais deveria parar de me atualizar como profissional. Ter tempo hábil para conhecer cada especificidade dos alunos e dar conta da parte burocrática, para poder contribuir com o desenvolvimento deles. Entrei pensando que poderia salvar tudo e a todos, mas com o tempo descobri que não daria conta e que não sou uma super heroína. Aprendi a respeitar o meu tempo e do aluno, ter calma e sabedoria para entender que o meu melhor, soma muito para a vida escolar dos educandos. E o quanto a minha profissão é importante.

A expectativa da prática pedagógica é diferente da realidade. Muitas vezes criamos e fantasiamos uma realidade que seria “perfeita”, mas quando somos inseridos em uma escola, começamos a vivenciar a realidade da escola, dos estudantes e da comunidade escolar que ali se encontra. Muitas vezes, ficamos perdidos e podemos vir a sentir certo despreparo, desespero e insegurança, mas a docência é isso. As pessoas, as realidades e a educação estão sempre em constante mudança e transformação, exigindo reflexões e novas aprendizagens. Não temos como saber tudo e estar preparados para tudo, mas, como a professora C nos apresenta, precisamos buscar alternativas, manter a calma e a sabedoria para se entender e depois conseguir ajudar os estudantes.

Mantoan (2006) acrescenta a importância dos professores encontrarem e desenvolverem sua identidade profissional no contexto da Educação Inclusiva. A autora argumenta que essa identidade é fundamental para que os educadores possam se ver como agentes de inclusão e transformação, capazes de enfrentar desafios e promover uma educação de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas necessidades especiais.

Sasaki (1997) e Freire (2002) também adicionam conceitos que nos mobilizam a refletir a relação entre a Educação Física e a Educação Inclusiva, em especial nos anos iniciais do ensino fundamental, contexto no qual se orienta a pesquisa, haja vista tratar de um campo de estudo significativo por envolver a promoção de práticas pedagógicas que garantam a participação ativa e equitativa de todos os alunos, independentemente de suas habilidades, deficiências ou condições específicas.

Visando o melhor para os estudantes garantirem uma Educação Física Inclusiva de qualidade, tem benefícios no desenvolvimento social, motor e cognitivo. Os docentes podem estabelecer estratégias e metodologias inclusivas dentro das aulas, usando jogos e brincadeiras, onde as atividades sejam adaptadas para que todos os alunos possam participar, com o uso de recursos e equipamentos adaptados, com modificações no ambiente para atender às necessidades específicas dos estudantes.

Sobre a relação entre Educação Física e inclusão, as docentes entrevistadas contribuíram:

Professora A: A Educação Física é uma das bases que a gente tem junto com o nosso trabalho, estão interligados e a Educação Inclusiva é direito dos estudantes, serem incluídos e se sentirem incluídos em todas as atividades que fazemos dentro da sala de aula. Nós professores devemos incluí-los, para o bem deles, para a saúde, para tudo.”

Professora B: Assim, Educação Física é tudo, né? Corpo, lateralidade, em cima, embaixo, dentro, fora. Movimento. Então, é tudo aqui, né? É que nem tínhamos comentado. Temos cadeirante, já tive aluno cego cego. E isso até em como se locomover dentro de uma escola. Então, é tudo, assim. A ligação entre educação física e educação inclusiva é corpo, é movimento. Localização, tempo e espaço.

Professora C: O lúdico através de jogos, dança, músicas e outros. Desenvolver atividades motoras auxilia muito nas questões cognitivas, emocionais e de socialização.

Com esses relatos das docentes, conseguimos traçar algumas concepções centrais de orientação das suas práticas pedagógicas pensadas para o desenvolvimento junto aos estudantes com alguma especificidade e/ou deficiência dentro de suas aulas:

Professora A: Eu busco muito aprender e procuro me atualizar, buscando coisas novas e o melhor assim para os estudantes estarem dentro da sala de aula e gostarem de estar ali, das aprendizagens que eu ofereço.

Professora B: “ Adaptava às aulas, para eles participarem junto, durante o currículo ele é muito mais tranquilo porque são jogos, brincadeiras. E assim, não tem tanta regra do jogo. Já quando a gente passa pra área, não é tão específico. Na área aí a gente já tem um pouquinho de regra. Tu adapta um pouquinho a regra, sabe? E vai embora, assim. Na verdade, eu não separo, para mim é aluno. Entendeu? Ah, é aquele ali... Não, é um aluno é um corpo a mais dentro da minha aula. Não é diferente dos outros, na minha aula não tem nenhum diferente. E eles fazem, são capazes.

Professora C: Acredito que trabalhando com o AEE é possível ser fazer esse diferencial na vida dos estudantes, em tornar o estudar e a práticas pedagógicas mais atrativas, assim consigo aproximá-los de mim.

Ao conceber práticas inclusivas dentro da sala de aula e fora dela, o professor precisa adotar uma estratégia reflexiva, adaptativa e centrada no estudante. Faz-se basilar ter um conhecimento das necessidades individuais de cada um, por meio de uma avaliação inicial, para identificar as habilidades, necessidades e preferências de cada aluno. Ainda, podem ser mobilizadas avaliações motoras, cognitivas e sociais.

O professor deve dialogar com os pais e/ou responsáveis e especialistas caso o estudante faça algum acompanhamento, para obter uma compreensão mais profunda e detalhada das necessidades específicas de cada um, unindo informações e relacionando os históricos dos estudantes àquilo que, dia a dia, vem desenvolvendo em sala de aula, orientando-se por observações, experimentações, processos de escuta e reflexão.

Ter um planejamento de aulas inclusivas, com objetivos que possam ser adaptados para diferentes níveis de habilidades, com diversificação de atividades que permitam a participação de todos independente de suas capacidades físicas ou cognitivas. Costa (1997) em sua obra “Família e Escola: A Construção da Parceria”, aborda o diálogo e a colaboração

entre professores e pais são fundamentais para o sucesso da Educação Inclusiva. O autor acrescenta que a parceria entre família e escola é essencial para entender as necessidades individuais dos estudantes e para promover um ambiente de apoio e inclusão.

Nas entrevistas realizadas, cabe ainda evidenciar que um assunto que teve referência pelas três docentes foi a falta de recursos e apoio pedagógico com questões inclusivas, explicitando-se, em certa medida, dificuldades que se amplificam por um estar/sentir-se sozinhas.

Professora A: A Inclusão é um desafio, um dos maiores desafios para nós é conseguir de fato incluir e eles estarem bem dentro da sala de aula e se sentirem incluídos, que nem sempre acontece. Nós trabalhando com eles precisamos ter um olhar maior para que não aconteça o contrário, ao invés de incluir acabar excluindo.

Professora B: Ah, material, né? Precisava muito. Precisava de mais espaço também. Aqui a gente não tem um espaço com grama, por exemplo. Agora, faz pouco tempo que fizeram uma quadrinha ali do outro lado, sabe? Mas falta um espaço mesmo, assim. Espaço, falta recurso. Mais monitor, sabe? Porque às vezes tu tá sozinho na quadra com um autista e aí eu preciso de alguém porque às vezes ele vai ter uma crise, ou então, assim, ele simplesmente, ele quer estar ali, ele quer fazer, mas o barulho tá tão alto que ele precisa sair. E eu não posso ficar com ele e deixar os outros 20, ou ao contrário, ficar com os 20 e deixar ele sozinho. Sabe? É um conjunto de coisas, assim, né? Estratégias dinâmicas, é tudo.

Professora C: A Educação Física é fundamental e precisa ser trabalhada a inclusão, pois os estudantes têm esse direito e precisam se sentirem incluídos, tanto dentro da sala de aula como em qualquer outra atividade, estamos em um ambiente escolar e essa é minha maior preocupação, que eles se sintam de fato incluídos e bem nas minha aulas.

A falta de recursos para uma Educação Física Inclusiva é uma questão significativa que afeta a qualidade da educação para estudantes com deficiência e/ou alguma necessidade educacional específica. Para Rodrigues (2006), a falta de recursos se torna um dos maiores obstáculos para a implementação efetiva da inclusão nas escolas. Nesse âmbito, materializam-se impactos como a infraestrutura inadequada, onde muitas escolas não possuem espaços que oportunizem o acolhimento e atendimento adequado de todos os alunos, especialmente daqueles com necessidades educacionais específicas. Entre questões concretas simples que, recorrentemente, ainda não são atendidas, citam-se rampas de acesso, pisos táteis e instalações sanitárias acessíveis.

Além disso, novamente se entra na questão da formação de professores, a capacitação insuficiente na área da educação inclusiva para atuar junto a estudantes que tenham alguma necessidade. A falta de cursos de formação continuada e de especialização em Educação Física Inclusiva dificulta o desenvolvimento de competências específicas necessárias para atender esses estudantes. A falta de materiais didáticos adaptados e recursos pedagógicos, a exemplo do não atendimento ao pedido da bola com guizo, explicitado pela professora B, destaca fragilidades ao processo pedagógico inclusivo.

Ainda, urge sublinhar o quanto o uso de tecnologias assistivas pode facilitar a inclusão e, muitas vezes, mesmo mecanismos simples não estão disponíveis e/ou são desconhecidas pelos educadores. São apenas algumas das dificuldades enfrentadas por docentes e estudantes que precisam de assistência e que requerem movimentos de maior atenção.

O apoio institucional e a sensibilização também devem ser sublinhados, pois faltam políticas claras e de apoio por parte da administração escolar e que repercutem, por conseguinte, na implementação de práticas inclusivas. Ainda, faz-se necessário pontuar que a falta de conscientização entre os colegas de turma e outros membros da comunidade escolar pode resultar em atitudes discriminatórias e na exclusão desses estudantes.

Para superar os desafios da Educação Física Inclusiva, é fundamental implementar estratégias que podem transformar o cenário atual. Melhorar a infraestrutura escolar com rampas, pisos adequados e instalações sanitárias acessíveis é essencial para atender às necessidades de todos os estudantes, sendo exemplos de atuações de caráter concreto e objetivo, mas que fazem expressiva diferença. Não se deve esperar, por exemplo, a chegada de um estudante com deficiência física para que a escola se adapte à necessidade, esse movimento precisa ser permanente, de adequação às estruturas escolares para o atendimento qualificado de todos. E assim também se precisa refletir ao se olhar para diferentes necessidades que, mesmo que ainda não estejam, poderão vir a ser materializadas no futuro da realidade escolar, tanto comuns aos estudantes como de algum familiar, professor, funcionário ou outro membro da comunidade.

A capacitação de professores, por meio de cursos de formação continuada e especialização em Educação Física Inclusiva, fomenta a garantia de que os educadores desenvolvam as competências necessárias para atuar de forma qualificada com estudantes com necessidades educacionais específicas, sentindo-se mais próximos da compreensão das realidades e do desenvolvimento de ações direcionadas, em contribuição efetiva.

Disponibilizar materiais didáticos adaptados e tecnologias assistivas é um facilitador para a inclusão, o qual também exige formação e vem ao encontro da necessidade explicitada. Além disso, o apoio institucional e a implementação de políticas claras de sensibilização podem promover uma conscientização entre colegas e membros da comunidade escolar, evitando atitudes discriminatórias. Finalmente, garantir a igualdade de oportunidades para estudantes com deficiência, permitindo-lhes participar plenamente das aulas de Educação Física, é essencial para seu desenvolvimento físico e social e para o seu bem-estar geral. Com essas ações, será possível criar um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso teve como objetivo principal analisar como as práticas corporais podem ser integradas à Educação Física, visando a inclusão de estudantes com necessidades educacionais específicas nos anos iniciais do ensino fundamental. Através de uma pesquisa qualitativa e revisão bibliográfica, onde se procurou compreender os desafios e as potencialidades de uma abordagem inclusiva nas aulas de Educação Física.

Com base na análise dos dados da pesquisa, constatou-se que a inclusão efetiva de estudantes com alguma especificidade na Educação Física requer uma reflexão das práticas pedagógicas. Os docentes precisam estar preparados para pensar e adaptar as práticas e utilizar recursos que facilitem a participação de todos os estudantes, respeitando e valorizando suas individualidades e necessidades específicas.

Além disso, um fator essencial para o sucesso da educação inclusiva é a formação continuada dos professores, que deve incluir capacitação específica para atuar com a diversidade e desenvolver estratégias eficazes para um ambiente escolar inclusivo. Investir em programas de formação contínua permitirá que os docentes adquiram conhecimentos atualizados e habilidades práticas, capacitando-os a implementar abordagens pedagógicas inovadoras e inclusivas.

Grifa-se ser também fundamental garantir que os professores tenham acesso a recursos adequados, como materiais didáticos e tecnologias assistivas, que ampliem suas práticas pedagógicas e promovam a participação plena de todos os estudantes. Com esses apoios, será possível criar um ambiente educacional mais equitativo e direcionado às necessidades individuais dos estudantes, favorecendo o desenvolvimento e a aprendizagem de todos.

Outro ponto que se destaca neste trabalho está na percepção da importância do trabalho colaborativo entre todos os membros da comunidade escolar. A cooperação entre professores, gestores, pais e estudantes é necessária para construir uma rede de apoio robusta e eficaz, que possibilite a inclusão plena de todos os estudantes. Quando esses grupos trabalham juntos, eles criam um ambiente educacional mais coeso e inclusivo, no qual as estratégias e recursos são compartilhados e adaptados para atender às diversas necessidades dos alunos.

A participação ativa dos pais e responsáveis no processo educativo contribui para o entendimento e apoio contínuo, reforçando a importância da inclusão em todos os aspectos da vida escolar. Esse esforço colaborativo não apenas facilita a adaptação de práticas

pedagógicas e a implementação de recursos adequados, mas também promove um clima de respeito e empatia, essencial para a construção de uma cultura escolar inclusiva e democrática. Com uma abordagem integrada e o compromisso de todos os envolvidos, é possível transformar a educação em um espaço onde cada estudante se sinta valorizado e compreendido.

Ressalta-se que a Educação Física inclusiva é fundamental porque promove o desenvolvimento integral de todos os estudantes, independentemente de suas necessidades educacionais específicas. Ela proporciona um ambiente onde as diferenças são respeitadas e valorizadas, fomentando a participação ativa de todos os estudantes. Ao adaptar práticas e utilizar recursos que atendam às diversas habilidades e/ou, até mesmo, limitações, a Educação Física inclusiva contribui para o bem-estar físico, social e emocional dos estudantes, reforçando a autoestima e o senso de pertencimento. Além disso, promove a cooperação, a empatia e a compreensão entre os alunos, preparando-os para uma convivência harmoniosa em uma sociedade diversa e inclusiva. Assim, une-se às concepções de Rodrigues (2006, p. 123) ao sublinhar que “promover uma Educação Física inclusiva é essencial, pois contribui para o desenvolvimento integral dos estudantes, respeitando e valorizando suas diferenças e proporcionando um ambiente de participação ativa para todos”.

Por fim, espera-se que este trabalho contribua para o desenvolvimento e avanço das discussões sobre a Educação Física e a Inclusão, incentivando a implementação de práticas pedagógicas mais inclusivas e democráticas nos anos iniciais do ensino fundamental, contexto desta pesquisa, mas também nas diferentes etapas da escolarização, com as suas especificidades relativas. Sublinha-se, assim, que a inclusão é um processo contínuo que exige comprometimento e inovação, e a Educação Física pode desempenhar um papel fundamental nesse contexto ao promover o desenvolvimento integral de todos os estudantes.

5 REFERÊNCIAS

AQUINO, T.VENEZIANI, L. **Práticas Inclusivas: Conceitos, experiências e práticas inclusivas para a Educação Inclusiva.**

BELISÁRIO, J. **Ensaio pedagógico: construindo escolas inclusivas.** Brasília: MEC/Seesp, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto 10.502, de 30 de setembro de 2020. Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 01 out. 2020.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação especial.** Brasília: MEC/SEESP, 1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.** Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF: MEC, 2018.

BUCCIO, M. I.; BUCCIO, P. A. **Educação Especial: uma história em construção.** Curitiba: Ibepex, 2008.

CARMO, B. C. M. et al. **Políticas públicas educacionais e formação de professores: convergências e distanciamentos na área de Educação Especial.** Revista Educação Especial, v. 32, 2019.

COSTA, F. S. **Família e Escola: A Construção da Parceria.** São Paulo, 1997.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.** Salamanca, 1994.

KHATER, E.; SOUZA, K. C. S. **DIVERSIDADE X INCLUSÃO: Conceito, teoria e prática na educação infantil.** Revista Educação em Foco, v. 10, 2018.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer?.** São Paulo: Moderna, 2006.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: histórias e políticas.** São Paulo: Cortez, 1996.

RODRIGUES, D. **Educação inclusiva e seus desafios: uma conversa com David Rodrigues.** Revista de Educação Inclusiva, v. 12, n. 2, p. 45-60, 2017.

RODRIGUES, J. **Educação e Inclusão: Teoria e Prática.** 2. ed. São Paulo, 2006.

RODRIGUES, D. **Educação Inclusiva: dos conceitos às práticas de formação**. 2ª ed. Instituto Piaget, 2012.

RODRIGUES, P. R. E. **Educação inclusiva: significados e sentidos configurados a partir de uma experiência formativa docente**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Alfenas, Minas Gerais, 2017.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SILVA, M. **Educação Inclusiva: Desafios e Possibilidades**. São Paulo: Editora Educação para Todos, 2023.

SILVA, M. O. E.. Da Exclusão à Inclusão: concepções e práticas. **Revista Lusófona de Educação**. Portugal, nº 13, p. 135-153, 2009.

SOARES, J. R.; BARBOSA, S. M. C. **A atividade pedagógica vivida na escola: significações produzidas em iniciação à docência**.

AGUIAR, W. M. J.; BOCK, A. M. B. (Orgs.). **A dimensão subjetiva do processo educacional: uma leitura sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2016, p. 160.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos: quadro de ação para responder às necessidades de educação básica**. Lisboa: Ministério da Educação, 1990.

VYGOTSKY, L. S. **A Construção do Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

APÊNDICES

APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA DOCENTES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

1. Como foi que tomou a decisão de tornar-se professora(o)?
2. Qual foi sua trajetória de formação inicial na docência? (Quais foram as maiores dificuldades? E as maiores aprendizagens?)
3. Como foi sua formação, graduação/magistério, no que se refere a preparação para a Educação Inclusiva? Como avalia essa formação?
4. Pensando na sua trajetória como docente, como foi sua inserção nas escolas?
5. Quais relações percebe nas quais podemos estabelecer relações entre a Educação Física escolar e a Educação inclusiva nos anos iniciais do ensino fundamental?
6. Como, você professora, concebe suas práticas a partir desta compreensão?
7. Refletindo sobre sua trajetória como professor(a), quais foram suas experiências e contribuições mais significativas nos anos iniciais do ensino fundamental relacionadas à inclusão?
8. Como é o processo de inclusão na escola na qual leciona? Quais são os maiores desafios vivenciados em relação a esse processo? Como é feito o registro?
9. Como a escola organiza a distribuição dos alunos com alguma necessidade educacional específica? Quantos alunos no total há em sua sala?
10. Na escola tem quantos alunos com alguma especificidade? Qual a especificidade? Há auxiliar de educação especial em sua sala? Caso tenha, comente sobre o apoio fornecido por esse profissional?
11. A escola e/ou município fornece formação continuada direcionada à área da Educação Especial? Se sim, com qual periodicidade? (Quando foi a última vez que participou?) Você busca outras formações fora as que são fornecidas pela escola e/ou município? (Quais?)
12. Você como docente quais estratégias, dinâmicas e possibilidades pedagógicas, acha que se fazem necessárias para o desenvolvimento de uma educação física inclusiva nos anos iniciais do ensino fundamental?

APÊNDICE B- TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA
PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL

1. EU - Como foi que tomou a decisão de tornar-se professora(o)?

Resposta: Minha mãe, professora, minha mãe foi diretora de escola, eu cresci dentro de uma escola e aí eu tive esse exemplo, então por isso eu tive essa escolha, sabe? Se não foi imposto, foi uma escolha minha, pelo exemplo da minha mãe.

2. EU - Qual foi sua trajetória de formação inicial na docência? (Quais foram as maiores dificuldades? E as maiores aprendizagens?)

Resposta: Eu fiz magistério e aí depois eu não queria educação física, mas aí foi um curso novo que apareceu aqui na faculdade e aí eu me interessei. Eu queria, a princípio, fazer outro curso, não era nem na área da educação. Mas aí teve Educação Física, eu já gostava e aí me encaixei. Depois eu fiz pós também em Educação Física, na área de docência e fiquei.

3. EU - Como foi sua formação, graduação/magistério, no que se refere a preparação para a Educação Inclusiva? Como avalia essa formação?

Resposta: Aí, todo dia a gente aprende, no curso? No magistério e educação física, coisa assim?

EU- Isso, durante a trajetória no curso.

Resposta: A gente teve bastante prática, a gente teve bastante prática também com a professora Lúcia, maravilhosa, que fez bastante prática também na área da inclusão, assim, ela levava cadeirantes, a gente teve prática de cadeirante com basquete, assim.

EU- Foi bem legal.

Resposta: É, foi bem legal, a faculdade foi legal. Isso foi muito interessante, assim. Mas as maiores aprendizagens, assim, as maiores aprendizagens, eu digo foi depois, não na faculdade, porque na faculdade a teoria é bonita, né, assim, tudo lindo, mas na prática tudo se modifica. Foi depois, assim, que a gente aprende com a prática.

4. EU - Pensando na sua trajetória como docente, como foi sua inserção nas escolas?

Resposta: No magistério, nada. Nada assim.

EU- Não teve base sobre a Educação Inclusiva?

Resposta: Eu fiz aqui, né, fiz aqui em Osório, porque tinha aqui, na época que eu fiz, e tinha em Tramandaí, os dois cursos que tinha normal. Eu fiz aqui, não teve base nenhuma inclusiva. Nenhuma. Já na educação física, sim, tinha uma cadeira de educação inclusiva. Uma cadeira só para isso.

Então, ali, ali foi o ponto, sabe? Mas até então, assim, não tinha noção. Porque quando eu trabalhava em creche, antes de começar, eu trabalhei em creche, e não tinha ninguém. Era tudo direcionado a APAE.

EU- Não tinha essa realidade ainda?

Resposta: Não, era tudo direcionado a APAE. Ou não colocavam nas escolas, sei lá, não tinha, assim, essa inclusão. E aí, depois eu fiquei fora um tempo, quando eu me formei na faculdade, daí eu fiz o concurso, e aí quando eu caí na escola, aí veio a realidade.

5. EU - Quais relações percebe nas quais podemos estabelecer relações entre a Educação Física escolar e a Educação inclusiva nos anos iniciais do ensino fundamental?

Resposta: Ai, é muito bom. Eu gosto, assim, sabe? É muito cansativo, mas eu adoro. Se tu visse eu sair ali na rua agora, eles começam a gritar, sabe? Porque a profª de educação física é sempre a mais legal.

EU- Todo mundo gosta, né?

Resposta: Então, assim, eu... É, sabe? É muito cansativo. Mas é... Ai, não sei. Eu gosto, sabe? Eu adoro, os alunos gostam. E quando a gente faz o que a gente gosta, eu gosto de dar aula de educação física. É gratificante. Eu já dei aulas, eu fiz meu estágio no magistério, eu dei aula no segundo ano, sabe? Sei lá, é bom porque tu tá todos os dias naquela turma. Mas eu gosto de estar um dia em cada turma, assim, sabe?

EU- E com a área da educação física, né?

Resposta: É gratificante. É gratificante, essa é a palavra.

6. EU - Como, você professora, concebe suas práticas a partir desta compreensão?

Resposta: Assim, Educação Física é tudo, né? Corpo. Corpo, lateralidade, em cima, embaixo, dentro, fora. Movimento. Então, é tudo aqui, né? É que nem... A gente tinha comentado. A gente tem cadeirante, já tive aluno cego cego. E isso até em como se locomover dentro de uma escola. Então, é tudo, assim. A ligação entre educação física e educação inclusiva é corpo, é movimento. Localização, tempo e espaço.

EU- Tu conseguia adaptar as aulas para eles participarem junto?

Resposta: Sim, que nem assim. Durante o currículo ele é muito mais tranquilo porque são jogos, brincadeiras. E assim, não tem tanta a regra do jogo. Já quando a gente

passa pra área, não é tão específico. Na área aí a gente já tem um pouquinho de regra. Tu adapta um pouquinho a regra, sabe? E vai embora, assim. Na verdade, eu não separo, para mim é aluno. Entendeu? Ah, é aquele ali... Não, é um aluno é um corpo a mais dentro da minha aula. Não é diferente dos outros, na minha aula não tem nenhum diferente. E eles fazem, são capazes.

7. EU - Refletindo sobre sua trajetória como professor(a), quais foram suas experiências e contribuições mais significativas nos anos iniciais do ensino fundamental relacionadas à inclusão?

Resposta: Ah falar de mim é difícil, os outros gostam de falar de mim, eu já não consigo.

EU- Fala sobre as suas práticas.

Resposta: Pois é, as minhas práticas. Ah, eu, não sei te explicar isso, entendeu? Falar da minha prática assim é difícil. Os outros olham de fora e dizem “nossa, como é que tu fez isso?” Eu não sei, é meio mágico assim, sabe? Mas é aquilo que eu te disse, eu não diferencio. Eu não diferencio. Ah, tu não vai fazer porque tu não consegue, ou não vai correr. Não, tu vai correr do teu jeito. Ah, mas eu não pego na mão. Tudo bem então agora, tu não vai pegar. E daqui a pouco quando tu vê, tu tá pegando. Sabe, eu tinha um aluno autista que tinha que usar fone por causa do barulho.

E a gente teve uma conversa com a turma. Gente, eu quero que essa atividade ele faça. Vamos falar um pouquinho mais baixo e a turma acalmava. Assim, demorou umas 5, 6 aulas, ele mesmo já tirava o fone, ele já queria participar. Sabe, então assim, eu não consigo ver de dentro. Mas as pessoas, como é que tu conseguiu fazer isso? Como é que ele tirou? Eu não sei, ele tirou. Sabe, assim, eu tô dentro. Sabe, então assim, eu não consigo ver de dentro. Mas as pessoas, como é que tu conseguiu fazer isso? Como é que ele tirou? Eu não sei, ele tirou. Sabe, assim, eu tô dentro.

EU- Quais as experiências e contribuições foram mais significativas?

Resposta: Mais significativas, eu digo como mais difíceis. Eu tive uma aluna cadeirante e um cego, que foi muito difícil. Vem cá. Como vem cá se ele não tá me vendo? Eu tive que adaptar isso aí. Uma cadeirante que tinha pouco movimento de braço. Então, assim, além dela estar numa cadeira, ela tinha pouco movimento. Ela não tinha firmeza para segurar uma bola. E eu tive também um aluno que tinha os braços mais curtos, assim, pela deficiência. Ele nasceu com os braços bem curtos. E o movimento, ele andava tipo um andador, assim, sentado. Então, assim,

ele não tinha movimento de braço, porque os braços eram curtos e ainda usava um andador. Porque ele não parava em pé, sabe? Esses foram os três mais difíceis, assim. Mas, no fim deu certo, foi muito bem adaptado. E ao mesmo tempo muito cansativo, sem experiência, sem treinamento, tinha que partir de mim e tinha que ser bom, meus alunos tinham o direito de ter as mesmas experiências e tinha que ser confortável para todos.

8. EU - Como é o processo de inclusão na escola na qual leciona? Quais são os maiores desafios vivenciados em relação a esse processo? Como é feito o registro?

Resposta: Aqui temos alunos inclusos, eu acho que, vamos ver, uns 50% das turmas, assim. E nas turmas têm geralmente um autista, um down. Aqui é muito tranquilo. Até é uma escola referência, muitos pais procuram aqui por causa disso, a gente tem a ajuda das apoiadoras, das monitoras.

A gente tem uma sala de recurso. Elas que registram aí nos cadernos deles. Elas fazem todos os registros. Tiram foto, filme, vídeo, enfim, é isso e depois também é exposto. Eles têm as pastas deles, tem tudo. Mas aí o registro é feito com as gurias, com as monitoras, as apoiadoras.

EU- Como tu disse prof^a aqui é referência mesmo, quando fiz a busca da pesquisa, descobri que aqui tinha muito mais estudantes.

Resposta: Tem muito sim, os pais acabam procurando aqui primeiro sempre, caso não tenham êxito pela quantidade de salas lotadas, daí eles procuram outra escola.

9. EU - Como a escola organiza a distribuição dos alunos com alguma necessidade educacional específica? Quantos alunos no total há em sua sala?

Resposta: Isso já vem como lei, já, né? Que é, no máximo, dois da mesma deficiência e um diferente. São três, no caso, no máximo, em uma turma. Então, dois downs e um autista. Os três não podem ser iguais. Porque a apoiadora tem que dar conta dos três. Ou o professor tem que dar conta dos três sozinho. Então, é assim, né? Dois da mesma e um diferente. E, no máximo, três. E, daí, depende da quantidade da turma. Se tem 28, tem que sair cada, tem que tirar dois, cada especial retira dois.

EU- Quantos alunos tem o total na turma?

Resposta: Depende, tenho turmas com 25, outras com 27, tem essa variação.

10. EU - Na escola tem quantos alunos com alguma especificidade? Qual a especificidade? Há auxiliar de educação especial em sua sala? Caso tenha, comente sobre o apoio fornecido por esse profissional?

Resposta: A escola tem em torno de 68 estudantes com alguma necessidade educacional específica, mas a prof do AEE pode responder melhor essa questão, pois ela que atende essa demanda.

Tenho auxiliar de educação especial em algumas turmas e outras, não. Porque isso é cedido pela mantenedora. Então, tem que, às vezes, existir um processo via judicial por parte dos pais, porque eles não estão mandando, mesmo que peça. Ou então, também, o contrato não favorece, não valoriza os profissionais, por isso as vagas não são preenchidas. Então, assim, tenho em algumas turmas e outras, não. Mas elas são super apoiadoras, vamos fazer, vamos fazer, elas ajudam. E elas conversam, elas atendem. Por exemplo, tem aluno que entra em crise e sai correndo. Elas vão lá atender, “prof, tô indo lá”. Elas sempre me avisam e na verdade, elas não têm obrigação de me avisar, elas tem que cuidar do aluno dela. Mas elas são super apoiadoras, dentro das minhas aulas é fundamental o trabalho delas.

11. EU - A escola e/ou município fornece formação continuada direcionada à área da Educação Especial? Se sim, com qual periodicidade? (Quando foi a última vez que participou?) Você busca outras formações fora as que são fornecidas pela escola e/ou município? (Quais?)

Resposta: Bom, ano passado não teve nenhum tipo de formação para Educação Física. Nenhum tipo, na verdade fomos esquecidas. Foi a primeira vez em todos os anos que isso aconteceu. E somos nós os participantes. Tanto que agora, na primeira do ano que teve aqui, que é geral para as escolas, é geral da área, é um assunto geral, vamos dizer, o que mais tinha era professor de Educação Física. Então, não tem, assim, específico para a inclusão, nenhum tipo! Nenhum tipo! Nem o material de Educação Física é adaptado, nada!

EU- Com recurso não tem? Bola, com um guizo que é importante, né?

Resposta: Não tem nada! Nós tínhamos que ter uma bola com guizo. Foi pedido, não veio. Entendeu? Então, assim, nenhum tipo. Nenhum tipo, nada! E muito menos específico, porque foi o primeiro ano que aconteceu ano passado. Esse ano a gente está começando, assim, então não sei se vai ter, porque ainda não avisaram. Mas ano passado não teve nenhum tipo de formação para Educação Física. Não teve nada específico. Teve para todas as outras áreas. Para Educação Física, não. Não precisa, né? Para quê? É só jogar bola, é o que a gente escuta.

EU- E você busca outras formações fora as que são fornecidas pela escola ou pelo município?

Resposta: Isso agora um pouquinho antes de você chegar, eu estava conversando com uma colega, e ela me chamou de a mulher d

os cursos. Porque eu adoro né, adoro estudar e também, porque se tu entra numa sala assim, é uma coisa meio doida, sabe? Um dia eles estão falando de Tik Tok, no outro eles estão falando que estão indo para a lua, tá? Mas e onde é que eu me encaixo nisso, sabe? Se tu não estiver atualizada, tu não te encaixa. E tu fica para trás, sabe? E se tu vê minhas conversas com eles, a gente fala de tudo.

Educação Física, tu acaba falando de tudo, tu fala de sexo, tu fala de droga, tu fala da família. E o toque, né? Tu toca no aluno. É diferente.

Então, assim, eu adoro. Eu estou sempre lendo. E aí tem cursinho, eu vou lá e faço. Agora que a colega perguntou, e eu disse, eu tenho, vou te mostrar aqui. E eu mostrei, porque ela adorou o texto, assim, sabe? Eu estou sempre procurando essas coisas, assim. Às vezes eu não consigo concluir o curso, por causa do tempo, mas os textos eu li, sabe? Eu gosto disso, tu tem que ler.

Tu tem que ler, porque se tu parar, tu não te encaixa na conversa, não consegue acompanhar eles e daí tu não consegue buscar eles. Aí eles estão falando lá no TikTok, viu aquela dancinha? Vi. Como é que é? Mostra aí. Porque se tu não tiver encaixado, tu não busca eles mais. E aí, tu é a professora chata, tu te torna a professora chata e velha.

Ah, meu Deus do céu. Tu tem que estar perto da realidade deles, né? A linguagem até porque se eles vêm com essa de ah, isso aqui é de sexo, tu tem que estar ligado ali, sabe? O que eles estão falando? De droga? Uma droga nova? Tu tem que estar ligada. Porque senão vai passar por ti despercebido e aí perder o aluno. Claro que às vezes tu não consegue ajudar e aí perde o aluno.

EU- Perfeito! Precisamos nos conectar com eles, até para conquistarmos a confiança e garantir a presença deles nas aulas, a realidade deles precisa estar perto da nossa como professora.

12. EU - Você como docente quais estratégias, dinâmicas e possibilidades pedagógicas, acha que se fazem necessárias para o desenvolvimento de uma educação física inclusiva nos anos iniciais do ensino fundamental?

Resposta: Ah, material, né? Precisava muito. Precisava de mais espaço também. Aqui a gente não tem um espaço com grama, por exemplo. Agora, faz pouco tempo que fizeram uma quadrinha ali do outro lado, sabe? Mas falta um espaço mesmo, assim.

EU- Espaço, recurso?

Resposta: Espaço, falta recurso. Mais monitor, sabe? Porque às vezes tu tá sozinho na quadra com um autista e aí eu preciso de alguém porque às vezes ele vai ter uma crise, ou então, assim, ele simplesmente, ele quer estar ali, ele quer fazer, mas o barulho tá tão alto que ele precisa sair. E eu não posso ficar com ele e deixar os outros 20, ou ao contrário, ficar com os 20 e deixar ele sozinho. Sabe? É um conjunto de coisas, assim, né? Estratégias dinâmicas, é tudo.

E também falta treinamento para mim porque o que eu faço é o que eu busco, não é que ninguém diz assim, ó, vou te ajudar. Não vem da mantenedora oferta de ajuda, vamos ver isso aqui, vamos pesquisar, vamos procurar, isso não acontece. Se não sair de mim, a minha aula vira chata e vira chata pra mim também. Porque, poxa, eu vou ter que atender esse aluno e eu não sei o que eu vou fazer com ele. Então é bem complicado isso daqui. Que nem que tu perguntou ali da formação. Não tem. Se eu não buscar, não vai acontecer. Se eu não adaptar o meu material, eu não vou ter uma bola com guizo. Sabe? Se eu não pegar um aluno cadeirante e botar ele sentado no chão, fazer um vôlei sentado, não vai rolar a aula. Ele vai ficar olhando. Pô, que chato. Sabe? Então é isso, assim, vai se tornar meio exclusivo, então, assim, até que ponto a educação inclusiva é inclusiva.

É complicado, assim. É complicado, assim, o olhar de dentro, eu olhar para dentro, assim, quem olha de fora, talvez enxergue uma coisa diferente, sabe? Se eu não consigo falar de dentro, olhando, assim, eu faço o meu possível, assim, o que dá. E é cansativo. Às vezes a gente esgota. Esgota! Esgota!

É complicado isso. Mas ao mesmo tempo é o que eu amo fazer!

ANEXOS

ANEXO A - CARTA DE APRESENTAÇÃO

Litoral Norte
Osório

@uergs /uergs /uergsinstitucional

Osório, 04 de Março de 2024.

Sr(a) Diretor(a) e/ou Coordenador (a)

Vimos solicitar a possibilidade de realizar uma Pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), nesta Instituição de Ensino, para a acadêmica(o) Luana de Souza Correa, do Curso de Pedagogia – Licenciatura da Uergs, regularmente matriculada(o) no oitavo semestre do curso. Na qual está realizando a pesquisa intitulada “ Educação Física e Inclusão: Práticas Corporais na Perspectiva da Educação Inclusiva”, em uma escola do município de Osório nos anos iniciais do ensino fundamental. Na qual está sendo orientada pelo Prof. Dr. Leandro Forell.

Vimos através deste solicitar sua autorização para execução e coleta de dados em sua instituição. Serão realizadas entrevistas com professores do ensino fundamental regular e com professores da área da Educação Física, com o intuito de coletar dados e informações que irão contribuir com a pesquisa.

Queremos informar que o caráter ético desta pesquisa assegura o sigilo das informações coletadas e garante, também, a preservação da identidade e da privacidade da instituição e do profissional entrevistado.

Ainda queremos dizer-lhe que uma das metas para a realização deste estudo é o comprometimento desta (o) pesquisadora (o) em possibilitar, aos entrevistados, um retorno dos resultados da pesquisa. Por outro lado, solicitamos-lhes, aqui, permissão para a divulgação desses resultados e suas respectivas conclusões, em forma de pesquisa preservando sigilo e ética.

Atenciosamente

Prof Dr. Leandro Forell
Professor Adjunto da Uergs

ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Através deste você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário, em uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, confirme sua participação. Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do projeto: Educação Física e Inclusão: Práticas Corporais na Perspectiva da Educação Inclusiva, em uma escola do município de Osório nos anos iniciais do ensino fundamental.

Graduanda responsável: Luana de Souza Correa

Telefone de contato da unidade: (51) 3663-9455

E-mail: luana-correa01@uergs.edu.br

Orientador: Prof. Dr. Leandro Forell

E-mail: leandro-forell@uergs.edu.br

- O objetivo da pesquisa é saber “Como as práticas corporais se fazem presentes dentro da Educação Física na perspectiva da Educação Inclusiva?”.
- A participação na pesquisa não a expõe a nenhum tipo de risco e/ou prejuízo.
- A entrevista será marcada com antecedência e acontecerá de forma presencial em um local a ser combinado. Ainda, será possível a desistência a qualquer momento sem prejuízo algum. Será realizada gravação de áudio, porém, essas gravações não serão disponibilizadas ficando sob a guarda da graduanda, e sendo inutilizadas ao final da aprovação da transcrição.
- A participação constituir-se-á de uma ou mais entrevistas que serão transcritas e posteriormente devolvidas para que você possa retirar, acrescentar ou trocar qualquer uma de suas falas.
- Garantimos o segredo de todas as informações fornecidas e asseguramos que as mesmas serão utilizadas apenas para fins acadêmicos. Você também tem a garantia de tirar o consentimento a qualquer momento.
- Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, contatar a graduanda e/ou orientador através dos e-mails listados acima.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO COLABORADOR:

Nome: Simone Ferreira Lopes

RG: 7080751782

Data: 15 de março de 2024

Assinatura: Simone F. Lopes